



Assembleia Municipal de Sesimbra

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE
2022**

-----Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de 2022, no Cineteatro Municipal João Mota, em Sesimbra, realizou-se pelas 21h00, a primeira reunião da sessão ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência do Sr. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, e secretariada pelos Srs. Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro e Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes, Primeiro e Segunda Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1. Apreciação da Atividade Municipal;**-----
- 2. Estratégia Local de Habitação do Município de Sesimbra – Envio às Entidades – Retificação da deliberação n.º 438/21, de 22 de setembro;**-----
- 3. Alteração da Constituição das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal;**-----
- 4. Nomeação do Conselho Municipal de Educação;**-----
- 5. Designação de Cidadão (ã) Eleitor (a) para integrar a Comissão Alargada da Comissão Municipal de Proteção de Menores de Sesimbra.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças:-----
----- Pelo Grupo Municipal da CDU - João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Victor Ribeiro Antunes, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, Rui João Graça Rodrigues, Paula Alexandra Cacela Conceição Graça Rodrigues, Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro, Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes e Pedro Miguel Pinto Mendes.-----
-----Pelo Grupo Municipal do PS – Sérgio Miguel Redondo Faias, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Luisa Margarida Cagica Carvalho, Ricardo Alves Mendes, Cláudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata, Andredina Gomes Cardoso e Paulo do Carmo de Sá Caetano.-----
-----Pelo Grupo Municipal do Chega – Maria Madalena Cartaxo Serra e Silvia Marina Melo Montanha.
-----Pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PPD/PSD) - Carlos Filipe Pereira de Oliveira e Germano Óscar Amorim de Barros;-----
-----Pelo Grupo Municipal do BE - Carlos Alexandre Pinto de Oliveira Macedo.-----
-----Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, Carlos Alberto Pólvora Anjos Cruz, o substituto da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, João André Faria Ribeiro, e a substituta da Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Genoveva das Dores

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Serrano Baião da Purificação. -----

-----Comprovada a existência de quórum, 24 presenças, o **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e vinte e cinco minutos.-----

-----Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Francisco Manuel Firmino de Jesus, bem como da Vice-presidente, Felícia Maria Cavaleiro da Costa e dos Vereadores Nélon Carlos Simplício Pólvora, Maria Argentina Amiano Marques, Alfredo Miguel Pires Fernandes e Márcio António de Sousa Oliveira.-----

-----**O Presidente da AMS** começou por cumprimentar todos os presentes bem como o público que assistia à transmissão em direto a partir de casa e justificou em seguida as ausências do Vereador José Polido, que por questões pessoais não podia estar presente, bem como da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel de Jesus Gomes dos Santos, e do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde que se faziam representar pelo Vogal João André Faria Ribeiro e pela Vogal Genoveva das Dores Serrano Baião da Purificação, respetivamente. -----

-----Desejou, em nome da Mesa da AMS, os votos de um bom trabalho.-----

-----Disse em seguida que foi tornado público através de Edital, a renúncia do mandato da Deputada Independente Anabela Rocha. Esclareceu que a Deputada foi eleita pelas listas do Movimento Sesimbra Unida, e mesmo antes da tomada de posse, foi-lhe retirada a confiança política, o que levou a que a mesma exercesse o seu mandato como Deputada Independente ou Deputada Não-Inscrita. No final do mês de janeiro, após renúncia do mandato, a Mesa e o SAAM desenvolveram todo o procedimento legal que passava por convocar o cidadão imediatamente a seguir na lista pela qual foi inicialmente eleita, e após a renúncia de alguns membros da lista, chegou-se ao cidadão João Miguel Castanho que estava hoje aqui presente, e cuja legitimidade e identidade de eleito havia sido verificada, nos termos do art.º 79.º, da Lei nº.169/99, de 18 de setembro, pelo que participaria nos trabalhos desta sessão.-----

-----Em seguida, desejou ao Deputado João Castanho os votos de um mandato e que a sua prestação nesta AM profícua e proveitosa nos trabalhos e consequentemente ao Município. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Castanho** que começou por agradecer ao MSU por ter apostado em si e por lhe oferecer esta oportunidade de representar o Movimento. Agradeceu também ao Presidente da AMS pelo acolhimento cordial, sensato e claro, até no esclarecimento de algumas questões. -----

----- Disse que o compromisso do MSU era para o bem do Concelho e eram esses valores que iriam defender numa ideia de conciliação, de paz e de postura correta com todos. -----

-----**O Presidente da AMS** disse que agiu com o Deputado precisamente da mesma forma que gostaria

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

que agissem consigo, e esse era o princípio. -----

----- Informou em seguida que havia estabelecido mutuamente alguns contactos com o Vereador Miguel Fernandes, e que no passado dia 7 haviam reunido rumo ao objetivo da implementação de um cronómetro nas sessões da AMS e também para limar algumas arestas. -----

----- Referiu que na reunião apresentou uma ideia daquilo que seria o modelo ideal para ter no Auditório Conde de Ferreira, já que brevemente teriam condições de começar a reunir lá. Neste momento “a bola” estava no lado dos serviços que eram os especialistas na informática, mas iriam com certeza juntos dinamizar algo que favorecesse a todos e que fosse proveitoso também para os trabalhos. -----

----- Referiu que também foram “afloradas” outras situações relativamente ao sinal de *wifi* no Auditório Conde de Ferreira, e essa situação estava também a ser abordada e tratada entre a Mesa e o Vereador Miguel Fernandes. -----

----- Informou que no último fim-de-semana, a Mesa da Assembleia Municipal, na sua legítima representação deste órgão, fez uma visita pelas sedes das escolas e grupos de samba que tiveram os seus ensaios gerais para aquilo que iriam apresentar agora durante as festividades possíveis de assinalar e de comemorar o carnaval. -----

----- Era um movimento associativo Recreativo Cultural de génese ligada ao carnaval que estava praticamente há 2 anos parado, e tinha achado a Mesa da Assembleia que seria importante neste momento de regresso apresentar votos de força, de continuação, de elevar a importância daquele movimento e daquelas pessoas que tinham aquilo como uma identidade cultural tipicamente sesimbrense e que era também uma marca do Concelho. Portanto, foram de espírito aberto dar precisamente essa palavra de força em nome da Assembleia Municipal, a todas as sedes das 6 escolas e dois grupos, num fim-de-semana bastante proveitoso, por ver caras conhecidas, locais típicos e vê-los felizes por estarem a fazer aquilo que realmente gostavam assim como todos gostavam de assistir. -----

----- Referiu que o expediente também foi disponibilizado através da PAMS e perguntou se havia alguma dúvida relativamente ao mesmo, mas ninguém se pronunciou nesse sentido. -----

----- Informou que tinha feito uma ronda aos líderes de bancada acerca da inclusão de mais um ponto na ordem de trabalhos desta reunião, que por ser ordinária assim o permitia, que tinha a ver com a transferência de competências da administração central ao abrigo da Lei 50/2018 de 16 de agosto, do Diploma Setorial do Domínio da Ação Social. -----

----- De seguida, colocado à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo do n.º 2 do art.º 50 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a inclusão no Período da Ordem do Dia do assunto

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

“Transferência de competências da Administração Central ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto – diploma setorial no domínio da ação social”.

-----**O Presidente da AMS** referiu que também foi feito o contacto prévio com a Comissão de Líderes no âmbito da divisão da presente sessão em 2 reuniões devido à extensão da ordem de trabalhos.

-----Em seguida, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dividir a sessão em 2 reuniões sendo que a segunda reunião se realizará no dia 4 de março (sexta-feira), pelas 21h00 no Cineteatro Municipal João Mota, bem como alterar a ordem dos pontos e organização, ficando do seguinte modo: -

-----Reunião de 25/02/2022: -----

-----Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD)-----

-----Período Aberto às Intervenções dos Cidadãos; -----

-----Período da Ordem do Dia com os seguintes pontos: -----

-----1. Estratégia Local de Habitação do Município de Sesimbra – Envio às Entidades – Retificação da deliberação n.º 438/21, de 22 de setembro; -----

-----2. Alteração da Constituição das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal. -----

-----Reunião de 04/03/2022: -----

-----Período Aberto às Intervenções dos Cidadãos; -----

-----Período da Ordem do Dia com os seguintes pontos: -----

-----3. Apreciação da Atividade Municipal; -----

-----4. Nomeação do Conselho Municipal de Educação; -----

-----5. Designação de Cidadão (ã) Eleitor (a) para integrar a Comissão Alargada da Comissão Municipal de Proteção de Menores de Sesimbra; -----

-----6. Transferência de Competências da Administração Central ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto – Diploma Setorial no Domínio da Ação Social. -----

-----De seguida, dando início ao Período de Antes da Ordem do Dia, **o Presidente** referiu que estavam para aprovação algumas atas do mandato anterior 2017/2021, cujas minutas haviam sido aprovadas no final das respetivas reuniões. Posteriormente as atas finais mereceram a apreciação e a concordância, após alguns contributos, dos Líderes dos grupos municipais do referido mandato e não fazia muito sentido colocar à votação as atas do mandato anterior. Acrescentou que era possível considerar estas atas como assumidas visto que tinham sido alvo de apreciação e de concordância dos líderes dos grupos municipais dos respetivos mandatos.

-----Perguntou se havia alguma objeção relativamente a este assunto. -----

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Não havendo objeções, as seguintes atas do mandato de 2017/2021, aprovadas em minuta no final das respetivas reuniões, que mereceram a apreciação e concordância dos Líderes dos Grupos Municipais do anterior mandato, foram consideradas aprovadas:-----

-----1.ª Reunião da sessão extraordinária de novembro de 2020 realizada a 06 de novembro de 2020;

-----2.ª Reunião da sessão extraordinária de novembro de 2020 realizada no dia 10 de novembro de 2020; -- -----

-----1.ª Reunião da sessão ordinária de dezembro de 2020 realizada no dia 21 de dezembro de 2020;

-----Ata da sessão extraordinária de 25 de fevereiro de 2021. -----

-----Foi aprovada, por maioria, com 22 votos a favor (10 CDU, 7 PS, 2 PPD/PSD, 2 CHEGA) e 2 abstenções (1 PS e 1 MSU), a ata da sessão extraordinária realizada no dia 22 de novembro de 2021. -----

-----Foi aprovada, por maioria, com 22 votos a favor (10 CDU, 7 PS, 2 PPD/PSD, 2 CHEGA) e 2 abstenções (1 PS e 1 MSU), a ata da 1.ª reunião da sessão extraordinária realizada no dia 26 de novembro de 2021. -

-----Foi aprovada, por maioria, com 22 votos a favor (10 CDU, 7 PS, 2 PPD/PSD, 2 CHEGA) e 2 abstenções (1 PS e 1 MSU), a ata da 2.ª reunião da sessão extraordinária de novembro realizada no dia 17 de dezembro de 2021. -----

-----Em seguida o **Presidente** informou que para além dos documentos do PAOD que eram do conhecimento de todos e que tinham sido entregues nos tempos regimentais, tinha chegado à Mesa mesmo agora mais um documento da Bancada do PS, ainda que houvesse um contacto prévio com a Mesa por parte do Grupo Municipal do Partido Socialista, o Regimento previa a inclusão de documentos a título excecional quando se tratava de matérias extraordinárias e de exceção, que era o caso. Tratava-se de uma Moção com o título *“Pela condenação do ataque militar da Rússia à Ucrânia”* e que seria o último a ser apresentado. -----

-----Relembrou que havia 3 votos de pesar submetidos pela Comissão de líderes e cedeu a palavra ao Deputado Pedro Mendes para que esta fizesse a leitura do Voto de Pesar pelo Falecimento de Fernando Ferreira Teodoro.-----

-----**O Deputado Pedro Mendes** passou à leitura do documento: -----

-----*“No dia 25 de janeiro de 2022 faleceu Fernando Ferreira Teodoro, tinha 88 anos, o Mestre Fernando Manso.* -----

-----*Para os sesimbrenses, Mestre Fernando Manso representa o homem íntegro, chefe de família, grande profissional, excelente pescador e um humanista, foi um privilégio e motivo de orgulho para todos que com ele conviveram e privaram.* -----

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Um ser humano sempre disponível e envolvido em diversas causas sociais e associativas da sua terra. -----

-----Recordamos que após o 25 de Abril foi o grande dinamizador da Casa dos Pescadores assumindo mais tarde a sua presidência, mas foi também um dos grandes impulsionadores do Bairro dos Pescadores. Registamos igualmente a sua participação na direção do Sindicato dos Pescadores do Distrito de Setúbal. Foi ainda Presidente do Grupo Desportivo de Sesimbra e no âmbito desta responsabilidade integrou a Comissão pro dinamização do Pavilhão do Gimnodesportivo. -----

-----No campo desportivo, destacamos ainda a sua presença como membro da direção da Associação de Futebol de Setúbal, nos anos 60 e 70. -----

-----O Mestre Manso foi igualmente provedor da Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra, participando de forma muito empenhada na construção do respetivo Lar e, durante vários anos, assumiu também a responsabilidade de Juiz da Festa do Senhor das Chagas. -----

-----No âmbito da sua principal atividade, já nos anos 80 e 90, foi distinguido pelas capturas realizadas na Pesca Cerco a nível Nacional, com o galardão atribuído pela Docapesca. -----

-----Em 1996 foi condecorado com a Medalha de Mérito Municipal, Grau Prata. -----

-----Sesimbra e a comunidade piscatória ficaram mais pobres. Para a posteridade há mais um nome na heroica história dos Homens do Mar. -----

-----Aos seus familiares e amigos bem como a toda a comunidade piscatória, a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida em 25 de fevereiro 2022 endereça sentidas condolências.-----

-----Deste Voto de Pesar deverá ser dado conhecimento à família, Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia do Concelho, Grupo Desportivo de Sesimbra, Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra, Irmandade do Senhor Jesus das Chagas e Comunicação Social Local.”-----

-----Dando continuidade ao PAOD, o Presidente cedeu a palavra à **Deputada Sandra Carvalho** que passou à leitura do Voto de Pesar sobre o Falecimento do Senhor Jaime Serra, que se passa a transcrever:

-----“Faleceu no passado dia 9 de fevereiro, aos 101 anos de idade, de Jaime Serra, um dos mais destacados dirigentes do PCP, que dedicou toda a sua vida à luta da classe operária, dos trabalhadores e do povo português. Uma vida dedicada à luta contra o fascismo, pela liberdade e a democracia, por uma sociedade nova, o socialismo e o comunismo. -----

-----Nascido a 22 de Janeiro de 1921, em Alcântara, Lisboa, começou a trabalhar na construção civil aos 12 anos de idade. Em 1940 ingressa como operário traçador naval no Arsenal do Alfeite, onde trabalhou até 1947, ano em que passou à clandestinidade. -----

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Membro do PCP desde 1936, militando na Juventude Comunista e no Socorro Vermelho Internacional. Em Janeiro de 1937, com apenas 15 anos, foi preso pela primeira vez.-----

-----A partir de 1940 integra a célula do PCP no Arsenal do Alfeite, tendo sido responsável pela célula e sucessivamente da direção do sector das Construções Navais de Lisboa e do Comité Local de Lisboa. Participou na direção da greve das Construções Navais de Lisboa, em Abril de 1947, passando à clandestinidade em Setembro de 1947.-----

-----Entre 1947 e 1958 foi preso por três vezes e por três vezes conseguiu fugir das cadeias fascistas, para além de outras tentativas falhadas.-----

-----A quarta e última prisão ocorreu em Dezembro de 1958 e a última fuga é a histórica fuga da Fortaleza de Peniche em 3 de Janeiro de 1960, tendo desempenhado responsabilidades na sua preparação, organização e direção no interior da cadeia com Joaquim Gomes e Álvaro Cunhal.-----

-----Após ter passado à clandestinidade, como funcionário do PCP, em 1947, integrou o Comité Local de Lisboa, em 1951 a Direção Norte, em 1952 a Direção de Lisboa. Membro do Comité Central entre 1952 e 1996. -------

-----Entre 1956 e 1958 foi do Secretariado do Comité Central. De 1965 a 1970 da Comissão Executiva.

-----Em Junho de 1962 teve destacado papel na direção, organização e transporte (onde participou diretamente) por via marítima entre Lisboa e o Norte de África, para a saída clandestina de Portugal de Agostinho Neto e Vasco Cabral, grande iniciativa de solidariedade internacionalista do PCP.-----

-----Após a Revolução de Abril de 1974 desempenhou as mais variadas responsabilidades enquanto membro da Comissão Política do Comité Central.-----

-----No XII Congresso, em 1988, passou a integrar a Comissão Central de Controlo e Quadros.-----

-----Foi deputado à Assembleia Constituinte e deputado à Assembleia da República pelos distritos de Setúbal e Coimbra até 1983.-----

-----Deixa-nos editadas obras, onde inscreve a experiência e vivência própria da luta e atividade política e partidária, editadas pelas Edições «Avante!» - “Eles têm o direito de saber”, “As explosões que abalaram o fascismo”, “O abalo do poder” e “12 Fugas das Prisões de Salazar”.-----

-----Um dos mais destacados exemplos da resistência ao fascismo, da luta pela liberdade e a democracia, Jaime Serra deixa-nos o exemplo de revolucionário comunista, quer nas condições mais adversas da luta contra o fascismo, quer na Revolução de Abril, na construção do Portugal democrático e na resistência à contrarrevolução, sempre se mostrou corajoso, firme nas suas convicções, confiante na justeza e no triunfo dos ideais do socialismo e do comunismo a que deu o melhor da sua longa vida. Exemplo

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

de inquebrantável combatividade e firmeza na luta política que as gerações de comunistas, presentes e futuras, saberão honrar.-----

-----*A Assembleia Municipal de Sesimbra, delibera aprovar um voto de pesar endereçando-o aos seus quatro filhos e restante família.*-----

-----Logo após, foi cedida a palavra à **Deputada Genoveva da Conceição** que fez a do Voto de Pesar sobre o Falecimento do Senhor Alfredo Lopes Fernandes, que se passa a transcrever:-----

-----*“Alfredo Lopes Fernandes nasceu a 5 de setembro de 1941 em Vila Cova do Alva, Concelho de Arganil. Irmão do meio de uma família de cinco filhos, migra para a margem sul do tejo aos 8 anos, instalando-se na Baixa da Banheira. Estuda até à 4ª Classe, onde realiza o exame com distinção, contudo é obrigado a abandonar os estudos por falta de recursos materiais. Trabalha como pastor, marceneiro, carpinteiro, entre outros ofícios. O surto de tuberculose da década de 50-60 irá assolar toda a família e levá-lo a internamentos recorrentes entre os 17 e os 29 anos.*-----

-----*Com esta idade começa a trabalhar no Grupo CUF, nos serviços médicos – trabalha como vigilante, assistente operacional e por fim assistente administrativo, onde fará toda a sua carreira, passando no-pós 25 de Abril para os quadros do Serviço Nacional de Saúde, nos cuidados de saúde primários.*-----

-----*Pai de 3 filhos e uma enteada, avô de um carinho extremo. Homem de família, calmo e pacificador. Leitor e autodidata frenético. Columbófilo fervoroso. Sportinguista. Alfredo será sempre recordado por todos como a voz da tranquilidade, simpatia, mas também de um certo sentido crítico sobre a falta de solidariedade, atenção com os mais pobres, e respeito pelo próximo.*-----

-----*Sem nunca ter conseguido cumprir o sonho de prosseguir os estudos em jovem, foi um dos maiores motivadores e um dos seus maiores orgulhos ter todos os filhos formados com o ensino superior. Oriundo de uma família de quadros do Partido Comunista e com ligação ao movimento associativo, apesar de apertado sempre transmitiu os valores característicos de esquerda, que vão, sem o próprio perceber, ser a primeira grande influência do seu filho mais novo, que herdou para além do nome esse interesse pelo debate.*-----

-----*Alfredo não foi nenhuma personalidade de relevância particular para a sociedade. Não foi nenhum mecenas, nenhum artista, político ou desportista. Foi um Homem comum. Mas para os seus, foi tudo. Foi o exemplo: de simpatia, tolerância, amizade, resiliência – na doença, na pobreza, na dificuldade familiar. E será sempre a grande referência do “Homem Bom”, um termo que cada vez se perde mais. E que deixará, acima de tudo, muita saudade.*-----

-----*Por estes motivos, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 25 de fevereiro de 2022,*

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

manifesta o seu mais profundo pesar pela morte de Alfredo Lopes Fernandes e transmite ao Vereador Alfredo Miguel Fernandes, demais familiares e amigos, as suas mais sentidas condolências.”-----

-----Feita a leitura dos votos de pesar, foi guardado um minuto de silêncio em memória de Fernando Ferreira Teodoro, de Jaime Serra e de Alfredo Lopes Fernandes. -----

-----De seguida, o Presidente deu seguimento aos trabalhos com a Saudação ao Dia Internacional da Mulher que a seguir se transcreve:-----

-----“8 de março de 2022-----

-----O Dia Internacional da Mulher Trabalhadora foi proposto por Clara Zetkin na 2ª Conferência Internacional de Mulheres que decorreu em Copenhaga em 1910. -----

-----Ao propor a celebração deste dia, a revolucionária pretendeu assinalar a luta emancipadora das mulheres em particular as lutas das sufragistas pelo direito ao voto e a luta das operárias têxteis e de todas as trabalhadoras contra a exploração e a guerra, por direitos sociais e políticos, por melhores salários, pela redução do horário de trabalho e por condições digna de vida. -----

-----O Dia Internacional da Mulher foi comemorado pela primeira vez em 1911 nas ruas da Alemanha, Suíça, Áustria, Dinamarca, Suécia e Estados Unidos da América.-----

-----Historicamente associa-se o dia 8 de março ao massacre levado a cabo em Nova York no dia 25 de março de 1911 numa empresa têxtil, quando 125 mulheres morreram queimadas por exigirem melhores condições de trabalho (trabalhavam entre 60 a 72 horas por semana), ressaltando as más condições enfrentadas por mulheres na Revolução Industrial. Esta tragédia, e outras semelhantes que ocorreram vários pontos do Mundo, unificou a classe das mulheres e deu-lhes força para enfrentar as desigualdades e a luta pelos seus direitos laborais, políticos e sociais.-----

-----Ao longo do século XX muitas lutas se travaram em prol da igualdade de género. -----

-----As mulheres conquistaram o acesso à educação, à contratação, ao voto e à participação política, ao mercado de trabalho e à investigação. Foram conquistas difíceis que motivaram a luta das mulheres do mundo e que hoje correm sérios riscos de colapso com retrocessos nos direitos.-----

-----Mas, não obstante, mais de um século de lutas, as mulheres continuam a ser as maiores vítimas de violência, que inclui práticas como a mutilação genital feminina, tráfico de mulheres, a exploração sexual e a violência doméstica. Continuamos a assistir a uma transversal desigualdade de género que caminha agora para um esforço global de criação de diretivas que mitiguem paulatinamente esta disparidade de direitos.-----

-----No ano de 2021, das vinte e três vítimas mortais em contexto de violência doméstica dezasseis eram mulheres, duas crianças e cinco eram homens. -----

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----São ainda as mulheres as mais prejudicadas em termos remuneratórios, em novembro de 2020 o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, revelou que a diferença remuneratória entre homens e mulheres em Portugal corresponde a 52 dias de trabalho pago ou 148,9 euros, a favor dos homens.-----

-----A pandemia agudizou números e diferenças. Mais expostas à violência doméstica, vendo os seus salários suprimidos, em teletrabalho, com o acumular de tarefas, muitas mulheres têm visto as suas conquistas e direitos reduzidos.-----

-----Importa estar cada vez mais atento, criar políticas mais efetivas que protejam os direitos das mulheres. Esta não é uma luta unilateral, é uma luta de mulheres e homens, de todos nós, por políticas de justiça, paz e solidariedade, por uma vida melhor, mais digna e mais feliz.-----

-----O Dia Internacional da Mulher transformou-se numa jornada mundial, um símbolo de luta das mulheres contra todas as formas de opressão e exploração, pelos seus direitos próprios e pela paz, razões que permanecem até aos dias de hoje.-----

-----Celebrar o Dia da Mulher é reafirmar a defesa da paz e da igualdade, a Constituição da República Portuguesa e as conquistas de Abril, a Solidariedade com as mulheres do mundo. A luta pelos direitos das mulheres tem mais de um século, mas as conquistas continuam a não ser universais.-----

-----Saudar a luta das Mulheres, torna-se assim fundamental no momento como o que vivemos. Assim, prestamos a nossa solidariedade para com as Mulheres Portuguesas e do Mundo, que travam lutas contra as consequências da pandemia, contra as desigualdades, discriminações e violências, pela igualdade pelo progresso e a paz.-----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra delibera aprovar a presente saudação e enviá-la às seguintes entidades:-----

-----Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho; Associação Nacional do Municípios Portugueses; Associação Nacional de Freguesias; Associação Nacional das Assembleias Municipais; Partidos Políticos; Movimento Democrático de Mulheres; Mulheres sociais-democratas; Mulheres socialistas; Comunicação social local e regional.”-----

-----Não havendo a intenção de ninguém de intervir, foi colocada à votação a Saudação ao Dia Internacional da Mulher, que foi aprovada por unanimidade e aclamação.-----

-----Solicitou em seguida do uso da palavra o Deputado Sérgio Faias para a leitura de um protesto. --

-----Cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias**, este começou por cumprimentar todos os presentes e referir que havia solicitado a leitura de um protesto porque era a única figura no regimento atual da



Assembleia Municipal de Sesimbra

Assembleia Municipal que encontrava para apresentar esta declaração.-----
-----Fez em seguida a leitura do seguinte protesto: -----
-----“Protesto contra a tolerância para com princípios extremistas e antidemocráticos-----
-----O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio apresentar um protesto pelos acontecimentos políticos recentes que ocorreram no Concelho de Sesimbra e na tentativa de normalização e de tolerância para com ideias extremistas que se opõem aos Princípios basilares do regime democrático e contraria os valores que integram a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos.-----
-----O presente Protesto pretende apresentar uma reflexão sobre a forma como se assume e desempenha atividade política e cívica, a partir de uma abordagem institucional mais ampla naturalmente com impacto na ação política local. -----
-----Não se Pretende concretizar qualquer referência personalizada que apenas iria contribuir para um debate estéril e deturpado que em nada abonaria para a elevação com que os munícipes esperam que decorra o funcionamento dos órgãos municipais. -----
----- O grupo Municipal de Partido Socialista vem sim partilhar a decepção com que constatou que um partido centenário que durante décadas se opôs a uma ditadura de aspiração fascista, que lutou na clandestinidade contra a opressão dos mais frágeis e desfavorecidos, que incentivou a autodeterminação dos povos africanos, que viu os seus militantes e simpatizantes serem sujeitos à prisão e à tortura, que se opôs à censura e ao jogo de um regime que perseguia os defensores da Liberdade e da Igualdade, vem agora apresentar, por mero taticismo político, um discurso de complacência e de tolerância para com aqueles que se encontram nos antípodas dos seus princípios ideológicos. -----
-----Reconhece-se que a Gestão Municipal, a cada momento, numa perspetiva de efetiva defesa dos interesses da população, possa conduzir a uma abordagem com caráter pragmático, mais acentuado em que as referências e ideológicas acabem por ter uma proeminência menos prevalente. No entanto, face a personalidade ou movimentos políticos que baseiam a sua ação na defesa de princípios extremistas e antidemocráticos, não pode ser tolerado o diálogo institucional ou qualquer tipo de cedência nos princípios e valores. Esse é um caminho que uma vez aberto não terá retorno e que poderá pôr em causa o conceito de sociedade pelo qual muitos de nós se tem empenhado desde 25 de Abril de 1974.-----
----- Este Grupo Municipal veio mais uma vez referir que não está aqui em causa o relacionamento pessoal de cada um enquanto cidadão, mas sim aquilo que cada um de nós representa institucionalmente e os princípios e valores que se propôs defender junto da população de Sesimbra. Abdicar desses princípios e valores significa perder a confiança e o respeito da população e dar força aos argumentos dos movimentos

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

populistas que querem pôr em causa as instituições democráticas e aqueles que como nós de forma desinteressada e empenhada se entregam à causa pública.” -----

-----O Presidente da AMS Disse que havia mais 3 bancadas com a intenção de apresentar declarações políticas. A Bancada da CDU, do PS e do BE. -----

-----O Deputado Sérgio Faias usou novamente da palavra para perguntar se no Regimento da AMS estava previsto “Declarações Políticas”, e referiu que como havia dito no início, tinham feito um protesto porque no Regimento não previa a figura de “Declarações Políticas” -----

-----O Presidente da AMS respondeu que a Declaração Política podia ser feita a qualquer altura da sessão e que já tinham sido apresentadas várias e que era uma situação normal. -----

-----De seguida, cedeu a palavra à Deputada Sandra Carvalho que apresentou a seguinte Declaração Política do Grupo Municipal da CDU: -----

-----“ O exercício de funções públicas e políticas, sem prejuízo do salutar debate de ideias do confronto de projetos distintos ou mesmo da visão social económica diferenciada, deve pautar-se pela seriedade, pelo sentido de responsabilidade e elevação da narrativa no seu cumprimento. -----

-----Em grande parte, a constante deriva de posicionamento de alguns partidos políticos, revelando falta de coerência com alguns dos princípios que propagandisticamente enunciam e que tem levado ao aparecimento e crescimento de forças antissistema, xenófobas e de incitamento ao ódio e ao racismo.---

-----Surge esta questão e esta declaração a propósito dos fatos ocorridos e das expressões utilizadas entre os eleitos por Partido Socialista e do Vereador Independente, na reunião de câmara última, neste caso penúltima, potenciados por uma declaração do Partido Socialista descontextualizada irresponsável e em tons e modos que não difere dos grupos e movimentos mais populistas quando estes pretendem atingir os seus fins sem olhar a qualquer espírito de credibilidade e abusando inclusive da desinformação. -----

-----E se à falta de seriedade face à condição de Vereador Independente prévia a qualquer assunção de responsabilidade juntarmos, por um lado o facto de o Vereador ter desde há bastante tempo participado na discussão política, na definição de prioridades num quadro de total abertura dos restantes vereadores municipais, e por outro por aquilo que ficámos a perceber de contactos existentes pré e pós eleitorais entre Partido Socialista e o Vereador Independente, só podemos mesmo concluir que o tacticismo do PS se terá sobreposto a qualquer interesse na gestão municipal. -----

-----E se institucionalmente a CDU não se revê de forma alguma neste tipo de comportamento, narrativa e posicionamento também afirma de forma perentória que o que foi colocado em causa com esta declaração do Partido Socialista foi a credibilidade da instituição e dos seus eleitos, o que merece o nosso

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

mais profundo repúdio.-----
-----Que fique bem claro para todos, que do nosso lado continuamos e continuaremos a lutar pelo melhor do nosso Concelho, pelo melhor para as nossas populações e pela defesa do nosso projeto autárquico e compromisso que assumimos com todos, manifestando paralelamente abertura para atribuir responsabilidades a todos os eleitos e as condições necessárias ao exercício dessas mesmas responsabilidades. O que não é possível é sermos solução e contributo de governação por um lado e simultaneamente oposição. É pois com a autonomia de cada um, com elevação e sentido de responsabilidade, sem qualquer ingerência nos ideais ou projeto de cada um mas com certeza de que só será possível com esta convivência se todos mas todos quiserem participar na construção deste Concelho, que a CDU se posiciona com a certeza que é desta forma que os Sesimbrenses continuarão a confiar na gestão municipal”-----

*-----Tomou o uso da palavra o **Deputado Carlos Oliveira** que disse que havia quem quisesse espartilhar a possibilidade de intervenção nesta Assembleia depois de fazer uma declaração de grande abertura e de chamamento à democracia, para depois vir invocar o Regimento. Acrescentou que as declarações políticas não estavam previstas no Regimento, mas se quisesse fazia antes uma intervenção porque era livre de as fazer e a AM tinha de deixar qualquer membro fazer as intervenções que intendesse.-----*

-----Logo após, fez a leitura da seguinte Declaração Política:-----
-----“Os deputados eleitos pelo PSD na Assembleia Municipal de Sesimbra não podem de deixar de repudiar a feroz, injustificada e criminosa ação da Federação Russa contra a soberania do Estado Ucrainiano e sobretudo contra o seu povo.-----

-----Para fundamentar a sua ignóbil ação, Putin veio recuperar o léxico bafiento da velha União Soviética, para com ele justificar a subjugação dos mesmos territórios e dos mesmos povos, que outros imperadores da mãe Rússia escravizaram desde tempos imemoriais até ao surgimento da era Gorbatchov, época em que Povo Russo pôde conhecer um fugaz e débil raio de democracia.-----

-----Que fique claro que o repúdio, a consternação e a revolta que sentimos neste momento pelo sofrimento injustificável que o Povo e o Estado Ucrainiano atravessam, dirige-se exclusivamente contra todo o aparelho político Russo e seus sequazes, de que o Presidente da Federação Russa é o seu máximo responsável, não sendo no entanto o único, que sacia a sua sede de poder com o sangue de inocentes, sejam eles Ucrainianos, Russos ou de qualquer outra origem.-----

-----Putin e os seus apaniguados não pensem que sentado na mesa branca assistiram à intervenção do Secretário Geral das Nações Unidas, ou à deslocação dos dirigentes dos países e das instituições Europeias

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

a Moscovo, ou mesmo à do Papa Francisco à missão diplomática da Rússia Junto do Vaticano como rogo servil implorando por misericórdia, o que estes responsáveis pelo governo do mundo fizeram foi proporcionar-lhes a oportunidade de se comportarem e agir de forma responsável retornando ao diálogo próprio da era civilizacional em que vivemos. Mas Putin e os seus acólitos, para já, preferiram seguir apelos ancestrais e os cânones da barbárie. -----

-----A todos os Ucrânios que, com a ilusão e o desejo de verem o seu país livre e independente lutam pela liberdade, estejam no terreno ou espalhados pelo mundo, e em especial para aqueles que vivem entre nós, no nosso prédio, na nossa rua ou na nossa vila ou cidade, queremos afirmar a nossa solidariedade, e dizer que apesar de tudo, e dos sacrifícios humanos que a Federação Russa neste momento infringe contra a Ucrânia, acreditamos que este é ainda o momento de agir com a razão. Esperamos que esta oportunidade seja bem aproveitada em prol da humanidade. Não nos podemos esquecer que o tempo é um bem escasso e a mesma oportunidade não surge duas vezes.-----

*-----De seguida, foi cedida a palavra ao **Deputado Carlos Macedo** que cumprimentou todos os presentes e referiu que também tinha dúvidas relativamente ao formato desta declaração e que por esse motivo havia contacto previamente a Mesa da AMS para saber qual seria o momento e o tipo de documento que seria aceite.*-----

-----Disse que como estavam em fase de revisão do Regimento, talvez fosse o momento de incluir este tipo de intervenções.-----

-----De seguida, fez a seguinte Declaração Política:-----

-----“Desde o momento da tomada de posse nesta Assembleia, que manifestei a minha preocupação pela forma como seria entendido pelos eleitos, o resultado do ato eleitoral de setembro passado.-----

-----Nessa altura, manifestei o meu receio que o novo equilíbrio resultante do voto dos munícipes no Concelho se esbatesse. Posteriormente já manifestei neste mesmo órgão que a inexistência de uma informação pública do acordo programático firmado pelas forças representadas no Executivo Municipal da Câmara era um mau sinal, pois das duas uma, ou existe acordo que não sendo tornado publico deixa na obscuridade a linha programática do Executivo, pois havendo distribuição de pelouros por vários partidos pressupõe-se que a linha orientadora da governação não coincida em exclusivo com o conteúdo programático do partido mais votado, ou por outro lado não existe qualquer acordo e os interesses pessoais prevaleceram sobre os conteúdos programáticos levados a votos.-----

-----As últimas movimentações no Executivo Municipal são apenas um novo episódio desta novela. A atribuição de Pelouro ao Vereador eleito pelo Partido Chega configura em nossa opinião, uma traição aos

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

eleitores. A informação de desfiliação do Vereador Márcio Sousa do Chega não é sequer argumento para diminuir este entendimento. Márcio Sousa pode ter saído do Chega mas o Chega não saiu de Márcio Sousa. Aquilo que o agora Vereador defendeu ao longo da campanha eleitoral ou mesmo antes, não se apaga com a sua saída do Chega. Quem durante os debates entre os candidatos à Câmara se insinuou contra um possível assentamento de ciganos na Freguesia do Castelo foi o agora vereador. -----

-----É contra este posicionamento político e ideológico que Jerónimo de Sousa se opõe quando a propósito da candidatura de um Deputado do Chega à vice-presidência da Assembleia da República, afirma que não será com os votos do PCP que o Chega terá esse lugar institucional. É também por isso que António Costa defende a criação de um cordão sanitário à extrema-direita, justificando-se assim a razão por não ter convidado o Chega para reunir antes de formar o Governo. -----

-----Não está em causa o André Ventura ou o Márcio Souza mas sim os ideais que defendem. É esse combate ideológico e a defesa da democracia e das suas instituições que justificam a existência de um cordão sanitário que tem impedido a comissão de representantes da extrema-direita no parlamento europeu ou no Bundestag. -----

-----Aquando da campanha eleitoral autárquica, nem o PS nem a CDU aventaram sequer a possibilidade de se coligar com quem defendeu os ideais de extrema-direita. Reconhecer a existência eleitoral de partidos como o Chega não significa que a democracia passou a aceitar o preconceito e o ódio proibidos pela Constituição. -----

----- A normalização que representa partilhar o Executivo com quem corporizou esses ideais em campanha, é em nossa opinião reprovável e contrária à vontade expressa dos eleitores. -----

----- Na fração do Executivo Municipal, o Vereador Márcio é o mínimo denominador comum, pois como se percebeu na reunião de câmara do passado dia 9 de Fevereiro, foi cobiçado por ambos os flancos do executivo, quer PS quer CDU foram agentes ativos na normalização daquilo que o Márcio defendeu e que lhe valeram os votos que o Chega obteve nas eleições. O casamento acabou por acontecer com quem tinha o maior enxoval. -----

----- Uma vez mais aqueles que se arrolam contra o sistema são os mesmos que se usam do pior que o sistema tem. Bem prega Frei Tomás, faz o que ele diz não faças o que ele faz... Nem o comunicado do PS manifestando o repúdio pela atribuição de pelouros ao vereador Márcio amenizava as suas responsabilidades porque é pífio na retirada de consequências políticas. Não se pode ao mesmo tempo ser contra ao Executivo que incorpora alguém que foi eleito segundo o ideal xenófobo de extrema direita de manhã e à tarde fazer parte desse mesmo executivo. -----

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Ao contrário do que tentam apregoar, quando nos batem diferenças entre esquerda e direita ou desvalorizam a ideologia pela pessoalização. Na política, os ideais e os valores são determinantes e o único caminho que pode conduzir á elevação do exercício da política e dos Cargos públicos resultantes dos escrutínios universal do voto.* -----

----- *A Bancada do Bloco Esquerda da Assembleia Municipal de Sesimbra repudia a normalização das ideias de extrema-direita através da inclusão no executivo Municipal de quem corporizou esses ideais, conferindo dessa forma legitimação social e política dessas suas ideias.* -----

-----Interveio **o Presidente da AMS** que disse que o Regimento era omissivo relativamente à figura das declarações políticas, mas sabiam que era possível fazê-las. Acrescentou que esta era uma lacuna mas que em sede de Regimento teriam a oportunidade de acertar esta questão. -----

-----Solicitou o uso da palavra **o Deputado Paulo Caetano** que cumprimentou todos os presentes e disse que a Declaração Política não existia formalmente no Regimento, mas eventualmente podiam considerar que no artigo 42º e 43º, que eram sobre o pedido do uso da palavra, se encaixa-se este tipo de intervenções precisamente como um pedido de uso da palavra.-----

-----Acrescentou que queria deixar este contributo, sem querer que passasse pela cabeça de alguém de que havia qualquer intenção de cortar a palavra fosse a quem fosse. -----

-----Solicitou também o uso da palavra **o Deputado Sérgio Faias** que disse que a democracia regia-se por regras e que o objetivo não era tirar a palavra a ninguém, respondendo ao Deputado Carlos Oliveira, mas simplesmente seguir o Regimento.-----

-----Por fim, disse que o GM do PS subscrevia a Declaração do PSD, apresentada pelo Deputado Carlos Oliveira.-----

-----Logo após, retomando o PAOD com **a Recomendação à Câmara do BE com o título “Meios necessários para que a Assembleia Municipal de Sesimbra tenha um website Autónomo”, o Presidente** cedeu a palavra ao Deputado Carlos Macedo para que fizesse a apresentação do documento. -----

-----**O Deputado Carlos Macedo** disse que esta recomendação havia surgido em parte na sequência de uma reunião da Comissão de Líderes, em que uma das coisas que debatiam era os aspetos relacionados com o entendimento sobre aquilo que eram as competências dos diferentes órgãos, e debatiam por causa da situação das intervenções do público, que tinha todo o direito de intervir, mas muitas vezes as pessoas dirigiam as suas questões ao Presidente da CM e isso devia de acontecer nas reuniões de CM e nas sessões da AM o público devia dirigir-se à Assembleia.-----

-----Era nesse sentido que esta separação de poderes e a atribuição até de uma maior relevância no

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

trabalho que todos faziam aqui, que esta separação, começando pelo *site*, tendo meios próprios poderia ser benéfico ao funcionamento desta Assembleia.-----

-----Concluiu dizendo que consultando outras assembleias que ao longo do País já vinham adotando essa medida de ter meios de comunicação autónomos e *sites* autónomos, ficava esta recomendação que esperava que fosse acolhida.-----

-----Interveio o **Deputado Sérgio Faias** que disse que da parte do PS subscreviam integralmente esta proposta até porque tinha feito parte da proposta eleitoral do PS nas últimas eleições autárquicas e tinham tido a oportunidade de falar sobre este tema na Comissão de Líderes, portanto concordavam integralmente com esta posição.-----

-----Usou da palavra a **Deputada Sandra Carvalho** que disse que a CDU não tinha nada contra esta recomendação, muito pelo contrário, consideravam benéfica. No entanto, existiam algumas questões no sentido de caminharem para uma proposta mais concreta e saberem o que pedir que não só os meios necessários, no sentido de terem uma página de forma autónoma a funcionar, definir uma série de questões e de condições.-----

-----Disse que concordando com a proposta, parecia-lhe que a mesma devia ser complementada baixando à Comissão de Líderes no sentido de se apresentar uma proposta estruturada com todos os meios que fossem necessários, até eventualmente os custos, no sentido de chegar à CM uma proposta mais concreta para ser viabilizada tão depressa quanto antes.-----

-----Interveio o **Deputado Carlos Oliveira** que disse concordar com a recomendação assim como a proposta da Bancada da CDU porque considerava que a Recomendação deveria ser mais debatida em sede de comissão porque não era só a questão da estruturação da página da Assembleia Municipal, era também considerar a necessidade de que esta página não fosse uma página “desgarrada” e fora daquilo que era a estrutura de informação da Autarquia, porque não podiam perder esta ligação que existia entre a Assembleia e a Câmara Municipal que faziam parte do conjunto dos órgãos e do funcionamento da Autarquia.-----

-----Referiu que estava de acordo e que às vezes havia alguma dificuldade em entrar na página da AM, mas ver uma coisa “desgarrada” fazia com que, eventualmente, as pessoas só encontrassem o *site* da Câmara Municipal e que nunca encontrassem o da Assembleia Municipal.-----

-----Este assunto tinha de ser debatido e teriam de encontrar uma forma de ter uma mensagem autónoma e uma forma eficaz de chegar à população. Portanto, baixar a Recomendação à Comissão seria útil para poderem ter uma ideia mais perfeita relativamente a esta proposta.-----

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Tomou o uso da palavra a **Deputada Cláudia Mata** que cumprimentou todos os presentes e disse que considerava que a proposta não devia de baixar à Comissão porque iriam perder tempo em relação à sua implementação que era urgente.-----

-----Acrescentou que os Deputados Municipais também não eram técnicos de informática nem orçamentistas para fazerem cálculos e apreciarem os custos. Portanto, julgava que não devia baixar à Comissão.-----

-----Usou da palavra o **Deputado Carlos Macedo** que começou por dizer que percebendo e concordando que a proposta carecia de alguma elaboração relativamente àquilo que devia ser o *site*, por outro lado não entendia que devesse baixar à Comissão porque aqui estavam a fazer uma recomendação para que a mesma se concretizasse, e se a recomendação fosse aceite pela CM já existia a Comissão de Líderes e a Mesa que iriam trabalhar para a sua concretização.-----

-----Quanto à intervenção do Deputado Carlos Oliveira disse que concordava que devia haver uma linha de imagem que até podia ser mantida e haver a ligação das páginas dos órgãos, mas era uma coisa que rapidamente se devia mudar porque agora, a página da AM estava meio escondida no *site* da Câmara Municipal, e se calhar bem porque o *site* da CM era do Órgão Executivo, e por isso é que considerava que devia haver esta diferenciação.-----

-----Concluiu dizendo que não cria que houvesse grande benefício em baixar à Comissão, porque iria haver um trabalho posterior que devia ser exercido pela Mesa e pela Comissão de Líderes, no desenho da solução que viesse a ser encontrada. Por esse motivo queria manter a Recomendação para ser votada.--

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Rui Rodrigues** que após cumprimentar todos os presentes, disse que era pena que esta recomendação não baixasse à comissão porque havia uma série de coisas que deviam ser definidas e debatidas. Acrescentou que estava nesta AM há muito tempo e tinha conhecimento que a *Newsletter* da AMS, que deveria ser trimestral, não era porque não havia a capacidade dos Grupos Políticos de a alimentar, e queriam um *site* da Assembleia que não podia ser a página do *Facebook* de cada Partido Político.-----

-----O *site* da Assembleia deveria ser institucional e informativo, não podia ser um complemento às páginas do *Facebook*, e isso competia a cada uma das forças políticas. Portanto, baixar a proposta à Comissão de Líderes era aprofundar aquilo que deveria ser o *site*, nomeadamente quem forneceria os conteúdos, a forma como os mesmos seriam trabalhados e a forma como seria construído. Seria muito mais útil virem à AM com uma proposta concreta.-----

-----Referiu que quem quisesse e tivesse interesse, entrando no *site* da CM, era fácil chegar à página da



Assembleia Municipal de Sesimbra

Assembleia Municipal. Também concordavam que se criasse um *site* independente mas tinham de estudar que tipo de *site* é que queriam. -----

-----Usou da palavra a **Deputada Cláudia Mata** que convidou o Deputado Rui Rodrigues a visitar o *site* da Assembleia Municipal de Lisboa, nada estático, onde os munícipes podiam encontrar todos os documentos que iam a discussão. Acrescentou que era óbvio que não iria surgir um *site* com aquela dimensão, mas era um ponto de partida, e sabia perfeitamente que era uma pessoa que alimentava aquele *site*. ---- -----

-----O **Deputado Rui Rodrigues** disse que conhecia muito bem o *site* da Assembleia Municipal de Lisboa, mas a própria AM de Lisboa era uma Assembleia da República em miniatura e trabalhava diariamente, que não era o caso da AM de Sesimbra e da maioria das Assembleias Municipais do País. -----

-----Perguntou quantos funcionários tinha a AM de Lisboa e acrescentou que a AM de Sesimbra tinha 3 funcionárias que tinham de dar resposta aos trabalhos da Assembleia Municipal diariamente.-----

-----A **Deputada Cláudia Mata** respondeu que a AM de Lisboa tinha 35 funcionários e que a AM de Sesimbra podia contratar. -----

-----O **Deputado Rui Rodrigues** disse que estavam a falar de um funcionário para cada 2 eleitos em Lisboa, e que essa política de contratar era tão fácil mas depois criticariam porque tinham contratado muito. - -----

-----Por fim, referiu que a força política que mais havia contratado no Concelho de Sesimbra foi o PS, porque há saída da CDU do Executivo, havia 400 funcionários, e em 8 anos já tinham passado para 900.-

-----Usou da palavra o **Deputado Carlos Oliveira** que disse que depois de ouvir todas as intervenções, achava que tinha razão quando dizia que este documento devia de baixar à Comissão, porque estava a fazer do plenário uma Comissão, e estavam aqui a discutir questões que podiam ser debatidas e ajustadas em sede de comissão.-----

-----Por outro lado, sobre aquilo que o proponente da proposta tinha dito sobre não querer que o documento baixasse à Comissão mas que seria apreciado depois na Comissão de Líderes, estavam a falar de uma comissão, isto é, precisavam de um ajustamento e não havia pressa nenhuma e provavelmente até poderiam marcar um *timing* para que numa próxima reunião de comissão este assunto fosse tratado para que pudesse vir à próxima sessão da AM. -----

-----Sobre o *site* da AM de Lisboa, disse que tinha andado às voltas para encontrar o regulamento e também não era um site simples. Portanto, para fazer e ter sites era preciso “alimentá-los”, construí-los e direcioná-los para que quem fosse à procura de informação encontrasse mais rapidamente as coisas. Não

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

podiam estar aqui a debater para que a CM fizesse o *site* e arranjasse uns funcionários para o manter, para fazer isto tinha de ser com alguma seriedade, não podia ser um capricho, e não era essa a nossa função. Como autarcas deviam de gerir bem aquilo que era o erário público e as finanças da Autarquia porque o dinheiro fazia falta para muita coisa.-----

-----Interveio o **Deputado Sérgio Faias** que disse que estavam a falar da figura “recomendação” e uma recomendação era mesmo isso. Cabia aos deputados municipais fazerem recomendações e cabia ao Executivo acolhê-las ou não. -----

-----A Recomendação não tinha de ser um caderno de encargos técnico a explicar todos os pormenores, tinha sim de manifestar por parte desta Assembleia a necessidade de haver um *site* autónomo. As questões técnicas ficariam para os técnicos esgrimirem e definirem aquilo que seria a componente técnica deste trabalho.-----

-----Referiu em seguida que sentia-se mal pelos funcionários da Assembleia Municipal por terem dito que a mesma não trabalhava todos os dias, mas sabia que os seus funcionários trabalhavam todos os dias.

-----Relativamente à *Newsletter*, sobre a referência a que os atrasos na sua publicação eram consequência dos Deputados Municipais não darem os contributos necessários, disse, dirigindo-se ao Presidente da AM, que tinha ouvido várias vezes da sua antecessora sobre o facto de a *Newsletter* já estar preparada mas não haver disponibilidade por parte dos serviços para trabalhar na mesma porque tinham outras prioridades de trabalho. Perguntou se não tinha sido esta a realidade várias vezes e se o mesmo tinha memória destes desabafos e destas situações que tinham sido transmitidas pela anterior Presidente da AM. -----

-----O **Presidente da AMS** disse que se recordava desses desabafos assim como de outros de que por vezes estavam à espera dos contributos, e com certeza que o Deputado Sérgio Faias também se lembrava.

-----Relativamente aos funcionários da AM, disse que o que tinha sido referido era que a Assembleia Municipal não trabalhava todos os dias, mas que as funcionárias da AM estavam lá todos os dias de corpo e alma, para além daquilo que deviam até muitas vezes fazer. Era preciso também ressaltar isso porque todos sabiam que era verdade.-----

-----Por fim, frisou novamente que o que tinha sido referido era que a AM e o plenário não trabalhavam todos os dias, mas as funcionárias sim, e a sua capacidade de resposta era inquestionável e intocável. ---

-----Usou da palavra o **Deputado Carlos Macedo** que disse que esta era uma Recomendação para saber se havia o acolhimento da parte do Executivo, que era quem podia fornecer os meios para a concretização deste *website*. Não parecia que fizesse muito sentido que a forma como o mesmo seria estruturado fosse

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

debatido no plenário. -----

-----Referiu que ao dizer que este assunto teria de ir à Comissão de Líderes, queria dizer que se houvesse acolhimento da parte do Executivo, certamente que teria de haver um trabalho por parte da Mesa e dos Grupos representados na Comissão de Líderes para depois levar à sua concretização. Estar a baixar o documento agora à Comissão sem haver sequer essa resposta da Câmara Municipal, era uma perda de tempo porque o efeito seria o mesmo porque teria de ir à Comissão de Líderes para um trabalho de estruturação desse *site*. -----

-----Disse que esta era uma recomendação para perceber se havia esse acolhimento por parte do Executivo, depois o trabalho viria a seguir e isso teria de ser feito pela Comissão de Líderes. Nesse sentido, mantinha a posição de não baixar o documento à Comissão. -----

-----Interveio o **Presidente da AMS**, que alertou para o facto de estarem a atingir os 60 minutos de PAOD e terem ainda a apresentação de mais 2 documentos. Recordou que o Regimento previa 30+30 minutos para o PAOD e que em sede de revisão do Regimento tinham previsto a possibilidade de, a título experimental, terminar a apresentação de documentos aos 60 minutos e retomar a discussão do PAOD numa próxima sessão, que neste caso seria daqui a 8 dias. -----

-----Cedeu em seguida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, que após cumprimentar todos os presentes justificou a ausência do Vereador José Polido, que por motivos pessoais não podia estar presente e, relativamente à Recomendação, disse que por questões óbvias, por não ser da sua competência apreciar se estava a favor ou contra e também não lhe confrangia uma coisa ou outra. -----

-----Referiu que o *site* existente não era da CM mas sim da Instituição Município, onde entrava a CM e a AM, e nos menus estava dividido, por exemplo, as notícias quando eram da AM e quando eram da CM.

-----Disse que se levassem à risca e à letra e amanhã chegasse à CM esta Recomendação, com as adaptações que tinham de ser feitas, uma vez que tinham todo o alojamento e toda a parte informática no Setúbal- Península Digital, que obrigava a determinados termos de referência, atrevia-se a dizer que provavelmente, se fosse dada alguma celeridade ao processo, dentro de 30 dias transporiam todas as matérias da AM para um *site* autónomo, e passaria a haver um site que seria todo da AM. -----

-----Referiu que não podiam comparar o nível da atividade de uma AM de Lisboa, que reunia ordinariamente mais vezes que a Assembleia da República, com a atividade do resto das assembleias municipais do País, com exceção de outras 2 ou 3 grandes cidades, porque era incomparável. Aliás, não queria dizer que esse funcionamento, melhor ou pior da AM e o ter mais *sites*, muitas vezes se refletisse na boa prática dos partidos que estavam no exercício de funções maioritárias, e via-se pelos resultados

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

eleitorais.-----

-----Disse que não podiam ter “sol na eira e chuva no nabal”, e daí que concordasse que se deveria ponderar efetivamente o que é que se pretendia, porque não sabia se não seria mais benéfico do ponto de vista da representatividade da Assembleia, da possibilidade de alargamento da sua autonomia e para que houvesse uma maior informação à opinião pública e aos cidadãos do trabalho da Assembleia, do seu funcionamento, dos documentos que eram aprovados e as votações de cada um deles, manter-se no *site* do Município.-----

-----Se poderia ter mais ou menos destaque ou ter forma diferenciada no atual *site*, era uma discussão que devia acontecer entre a CM e a AM, definitivamente não era com esta recomendação.-----

-----Por fim, disse que se a AM passasse a ter um *site* próprio, justificaria que este *site* que era hoje do Município, passasse a ser um *site* da Câmara Municipal, e depois a AM não poderia pedir para divulgar as notícias e as notas no *site* da CM porque com certeza que a AM não iria querer divulgar as notícias e notas da CM no *site* da AM. -----

-----De seguida, colocada à votação, a Assembleia Municipal **aprovou por maioria**, com 10 votos a favor (8 PS, 1 CHEGA e 1 BE) e 14 abstenções (10 CDU, 2 PPD/PSD, 1 CHEGA e 1 MSU) a **Recomendação à Câmara Municipal de Sesimbra com o título “Meios necessários para que a Assembleia Municipal de Sesimbra tenha um *website* Autónimo”**, que a seguir se transcreve.-----

-----“Com o objetivo de valorizar e dar maior visibilidade ao trabalho exercido pela Assembleia Municipal, entende-se que a criação de meios próprios de comunicação com os munícipes seria uma *mais-valia*. --- -----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra tem um histórico de iniciativas que são condição, mais que suficiente, para justificar essa autonomia face aos meios de comunicação do executivo municipal. O exemplo da Assembleia Municipal de jovens é disso um bom exemplo, sendo alvo de reconhecimento generalizado a nível nacional.-----

-----A independência do órgão não depende disso, mas a separação da comunicação institucional do órgão executivo e do órgão deliberativo seria benéfico ao esclarecimento dos munícipes perante a competência e abrangência de cada um dos órgãos. -----

-----O facto de as informações relativas à Assembleia Municipal estarem integradas, sem particular destaque no *site* da Câmara Municipal é redutor e pouco dignificante do trabalho realizado neste órgão. Todos os eleitos e os munícipes sairiam beneficiados se a Assembleia dispusesse de um *site* autónomo. --

-----Esta é uma tendência que se tem vindo a acentuar nos últimos tempos, sendo os *sites* da Assembleia

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

*Municipal de Lisboa, Sintra ou Torres Vedras bons exemplos. -----
-----O benefício desta iniciativa para o custo envolvido é muito significativo. -----
-----É por isso que a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida no dia 25 de fevereiro de 2022
recomenda à Câmara Municipal que disponibilize os meios necessários para que a Assembleia Municipal de
Sesimbra tenha um website Autónomo, do da Câmara Municipal, até ao final do ano de 2022.” -----*

O GM da CDU, apresentou a seguinte Declaração de Voto: -----

-----O **Presidente da AMS** disse que como todos sabiam, já tinham existido PAOD's extremamente longos que extravasavam quase em triplicado aquilo que era o prazo regimental de 30+30 minutos, e como haviam abordado na reunião da Comissão de Líderes que a título experimental, após esgotados os 60 minutos, poderiam passar os restantes documentos para a sessão seguinte, neste caso em concreto, para a próxima reunião, Perguntava se estavam todos de acordo que se fizesse essa experiência que, funcionando, seria posteriormente incluída no Regimento em sede de revisão. -----

-----Interveio o **Deputado Sérgio Faias** que concordando, até porque tinha sido uma das pessoas a defender essa posição, perguntou se seria possível inverter a ordem, tendo em conta a atualidade do outro documento, e propôs que a Recomendação fosse deslocada para a próxima reunião e que a Moção fosse apresentada hoje. -----

-----Colocada a sugestão para análise dos restantes Grupos Municipais, solicitou a palavra a **Deputada Sandra Carvalho** que disse que o único problema era que não conheciam o documento. -----

-----O **Presidente da AMS** disse que a Mesa tinha recebido o documento no início da sessão e, dirigindo-se ao Deputado Sérgio Faias, referiu que compreendia e que considerava pertinente a troca de documentos por uma questão de atualidade, mas havia também a questão de a totalidade dos deputados não conhecer o documento. -----

-----De seguida, foi cedida a palavra à **Deputada Cláudia Mata**, que passou à leitura da **Moção com o título: “Pela Condenação do Ataque Militar da Rússia á Ucrânia”**, que abaixo se transcreve: -----

-----“O Partido Socialista Português condena veementemente toda e qualquer violação do direito internacional. Considera que no século XXI a solução para qualquer visão alternativa ou desentendimento deve ser sempre a via diplomática. -----

-----Assim, condena fortemente o ataque militar da Rússia contra a Ucrânia e apela à retirada imediata das forças militares russas da Ucrânia. O respeito pelo direito internacional deve ser a bitola quanto ao reconhecimento de novos países, pelo que solicita à Rússia que reverta seu reconhecimento unilateral das regiões de Donetsk e Luhansk da Ucrânia. -----

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Só o quadro do direito internacional, dos acordos internacionais anteriormente estabelecidos, a retoma imediata do caminho da diplomacia e das resoluções pacíficas, podem ser o caminho para o futuro pacífico e próspero de toda a região.* -----

-----*Temos que acreditar no quadro dos valores do século XXI que as soluções pacíficas e diplomáticas são aquelas que melhor defendem as pessoas e a prosperidade e crescimento dos países.* -----

-----*Reconhecemos, igualmente, os esforços de diálogo conduzidos ao nível europeu por todos os líderes europeus que continuam a trabalhar incansavelmente para uma solução diplomática.* -----

-----*Assim o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe, ao abrigo do n.º 1, do artigo 51º do regimento da AMS, o qual "visa estabelecer princípios e conceitos de orientação e doutrina sobre cada assunto e exprimir a opinião coletiva da Assembleia Municipal", que a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 25 de fevereiro de 2022, delibere:* -----

-----*1. Condenar fortemente o ataque militar da Rússia contra a Ucrânia e apelar à retirada imediata das forças militares russas da Ucrânia;* -----

-----*2. Apoiar, firmemente, a soberania e a integridade territorial da Ucrânia;* -----

-----*3. Prestar uma palavra de solidariedade para com o povo ucraniano e à comunidade ucraniana presente no nosso país, e em muito particular no Concelho de Sesimbra;* -----

-----*4. Reiterar que o apoio às populações afetadas é urgente e todo o apoio lhes deve ser urgentemente facultado;* -----

-----*5. Continuar a lutar por uma posição clara e consistente a nível da UE, bem como por fortes sanções com repercussões económicas para os responsáveis por esta agressão;* -----

-----*6. Reiterar a mensagem do Primeiro-ministro de que estamos prontos a acolher e apoiar aqueles que decorrentes destes atos de violência viram as suas vidas dilaceradas;* -----

-----*7. Dar conhecimento da presente moção à Presidência da República, ao Governo de Portugal, à Embaixada Ucraniana e à Associação dos Ucranianos em Portugal, bem como divulgar no sítio do Município, Boletim Municipal, redes sociais institucionais e órgãos locais de comunicação social.* -----

-----*Sesimbra, 25 de fevereiro de 2022* -----

-----*O Grupo Municipal do Partido Socialista"* -----

-----*Usou da palavra a **Deputada Sandra Carvalho** que solicitou uma versão do documento em papel e que os trabalhos fossem interrompidos durante cerca de 5 minutos para a apreciação e análise do mesmo.*

-----*Usou da palavra o **Deputado Carlos Oliveira** que disse que, concordando com a Moção apresentada, queria apenas sugerir a inclusão de um ponto em que se fizesse uma clara distinção entre o*



Assembleia Municipal de Sesimbra

Povo Russo e os Dirigentes que eram responsáveis pela invasão da Ucrânia.-----
-----Sugeri também que no ponto 7 da Moção, nas entidades a enviar, se incluisse a Embaixada da Rússia, que também devia de ter conhecimento de que apesar de sermos “pequenos”, tinham direito ao protesto e tinham tomado uma posição. -----
-----O **Deputado Sérgio Faias** disse que acolhiam com satisfação as sugestões, até porque o que se havia verificado ontem era uma manifestação com cerca de mil pessoas na Rússia contra esta atitude, 700 das quais tinham sido detidas, e portanto tinham de estar solidários também com o Povo Russo que na sua maior parte não estava minimamente de acordo com o que estava a acontecer. -----
-----Relativamente ao ponto n.º 7, disse que também concordavam que a Moção fosse enviada à Embaixada da Rússia. -----
-----De seguida, tendo todos concordado, os trabalhos foram interrompidos por 5 minutos.-----
-----Retomados os trabalhos, solicitou o uso da palavra o **Deputado Vitor Antunes** que saudou todos os presentes e disse que queria destacar a incongruência deste documento e também, a propósito dos acontecimentos na Ucrânia, cuja pertinência não colocava em causa, ao contrário de algumas posições já aqui assumidas que por ser longe de Sesimbra não teria nada a ver com eles, mas tinha, fosse pela concessão de liberdade dos povos que assumiam, fosse pelas inevitáveis consequências e impactos, incluindo económicos, que tinha nas nossas vidas e no dia-a-dia.-----
-----O silenciamento das posições do PCP nesta matéria, que não era total mas andava perto disso, sugeria esta abordagem para referir que em cada nota do PCP vinha claramente expresso o apelo ao diálogo com vista a uma solução política para este conflito na Ucrânia e o apelo para que se respondesse aos problemas da segurança coletiva da Europa ao cumprimento de princípios da carta da ONU e da ata final da Conferência de Helsínquia.-----
-----Estes princípios que o PCP defendia agora, eram exatamente os mesmos que havia defendido quando estavam em causa as guerras contra a Jugoslávia, contra o Iraque, contra o Afeganistão, contra a Palestina, contra a Líbia, contra a Síria, e continuava em coerência a defender hoje com a mesma convicção, naturalmente e sempre em nome dos respetivos povos que eram, naturalmente, as principais vítimas. --
-----Em nome dos povos, das pessoas, das crianças, das mulheres e dos homens que ali habitavam, não podiam porém ignorar nem secundarizar que o agravamento da situação, da antissociável e da perigosa estratégia de tensão e confrontação promovida pelos EUA, pela Nato e pela União Europeia contra a Rússia, que passava pelo continuo alargamento da Nato e reforço do seu dispositivo militar ostensivo e ofensivo junto às fronteiras daquele País e em que sem ser a instrumentalização da Ucrânia, sobretudo após o Golpe

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

de Estado de 2014, que tinha levado à imposição de um regime xenófobo e belicista. -----
-----Em contraponto, tinha a Rússia, há muito um País capitalista, cujo posicionamento era determinado no essencial pelos interesses das suas elites e detentores dos seus grupos económicos, com uma concessão de classe oposta à do PCP. A solução não era a guerra, era a paz e a cooperação. -----
-----Em defesa dos interesses e das aspirações do Povo Português e dos povos de toda a Europa, o Governo Português deveria atuar de forma a favorecer o fim da escalada de confrontação e a facilitar uma solução negociada e não alinhar Portugal na estratégia de crescente tensão ditada pelos EUA, a Nato e a União Europeia.-----
-----Por fim, disse que conseqüentemente, não conseguiam votar a favor do documento apresentado e iriam abster-se-----
-----Usou da palavra o **Deputado Rui Rodrigues** que disse que o Deputado Vitor Antunes tinha falado em nome do PCP, e o próprio iria falar em nome do Partido Ecologista “Os Verdes”, ao qual pertencia. --
-----De seguida, passou à leitura da seguinte intervenção:-----
-----“Paz sim, Guerra não -----
-----Os Verdes condenam agressões na Ucrânia.-----
-----Nada justifica a guerra e a conseqüente perda de vidas humanas. Os Verdes, enquanto partido pacifista, condena a ação belicista da Rússia esta madrugada, contra os territórios da Ucrânia e contra o Povo da Ucrânia. -----
-----A escalada de agressão e violência não pode ser a resposta e deve ser totalmente condenada. ---
-----Os Verdes declaram a sua solidariedade para com a população civil da Ucrânia que vê a sua vida ameaçada e destruída devido aos ataques que estão a ser levados a cabo. Os Verdes apelam á Rússia para travar de imediato os bombardeamentos e a intervenção militar nos territórios da Ucrânia. -----
-----Os Verdes consideram por outro lado, que a reação de Portugal e da União Europeia, não pode ser militar, o que constituiria um risco elevado de uma escalada sem precedentes. Não podemos também branquear todo o papel da Nato na destabilização da região ao longo dos anos, e reafirmamos que não sendo esta organização militar, promotora da paz, Portugal deve reavaliar o seu papel na aliança Atlântica.
-----Os Verdes apelam a que todas as partes enveredem por um caminho de promoção da paz e de procura de soluções diplomáticas para a crise da região.” -----
-----Por fim, disse que sendo assim, o documento do PS branqueava aquilo que tinha vindo a ser o papel da Nato e aquilo que vinha sendo o papel da União Europeia como não promotores da paz na região, nomeadamente no Leste da Europa. Por isso, iria também abster-se.-----

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Usou da palavra o **Deputado Carlos Oliveira** que disse estar “chocado” com algumas intervenções, nomeadamente com a do PCP e com a do Partido Ecologista “Os Verdes”. Considerava que na situação grave e complicada em que hoje se encontravam, em que estavam a ver que a Ucrânia não era o “limite”, inclusivamente hoje, quando o Presidente Putin tinha vindo dizer que se a Suécia ou a Finlândia se aproximassem da Nato iriam ter severas consequências. -----

-----Referiu que quando diziam que a Nato era uma organização que não era promotora da paz, que era belicista e que fazia intervenções como a que havia feito na Jugoslávia, era porque as pessoas se calhar já não se lembravam do que tinha acontecido na Jugoslávia quando se matavam uns aos outros pelas razões mais diversas e sem sentido, fosse por motivos religiosos, motivos rracicos, entre outros. Por qualquer motivo matavam-se uns aos outros, e se não tivesse havido uma intervenção, provavelmente não haveria lá ninguém. E tinha sido a intervenção dos Países Europeus e da Nato que haviam travado os genocídios que estavam a ser feitos na Jugoslávia. -----

-----Disse que se alguém aqui estivesse disponível para defender a possibilidade de haver genocídios em determinados países ou em determinadas zonas, podiam estar à vontade, mas não contavam com o seu apoio porque era contra isso. Acrescentou que tinham de ir pela paz e pelo diálogo mas não podiam ser “tontos” e pedir aquilo que não existia e que alguns dirigentes não queriam. -----

-----Disse também que provavelmente os dirigentes que não queriam não eram os da Europa porque se na Europa havia-se criado um espaço de paz depois da 2ª guerra mundial até agora, em que as divergências eram muitas e continuavam a existir mas que eram diminuídas todos os dias. Não podiam dizer que a Europa atacava a Rússia e o seu espaço quando inclusivamente a Europa tinha feito a “asneira” de se colocar debaixo das necessidades do fornecimento da Rússia em áreas sensíveis, como por exemplo no gás natural. -----

-----Referiu que pelas palavras que tinham sido ditas, que a Europa estava de “má fé” e punha-se debaixo da Rússia a necessitar do fornecimento de gás natural, que era essencial para alguns países da Europa, quem estava de má fé não fazia isto, ia procurar outras fontes de energia. -----

-----Por fim, disse que seria bom que um dia, algumas das posições demonstradas aqui, pudessem evoluir no sentido daquilo que era o sentimento europeu e dos países como Portugal, Espanha, e todos aqueles que construíram um espaço económico, um espaço social, um espaço político onde o diálogo era uma questão permanente e era dessa forma que tinham vindo a conseguir manter a paz. Não podiam dizer que a Europa ou a Nato ameaçava a Rússia porque não o tinham feito, a Rússia é que tinha invadido. ----

-----Interveio a **Deputada Sandra Carvalho** que disse que as posições estavam bem clarificadas, no

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

entanto não deixava de registar alguma curiosidade porque o Deputado Carlos Oliveira estava extremamente incomodado com a posição da CDU relativamente a esta matéria mas não havia condenado a invasão no Iraque, pelo contrário havia apoiado, e não condenava o que se passava há décadas na Palestina. Aí não tinha problema nenhum porque talvez fossem fantoches e não pessoas. -----

-----Acrescentou que para o PCP eram todos seres humanos, e a solução pela paz e não pela guerra existia em muitas formas de se evitarem conflitos, fosse diplomaticamente e com determinadas medidas a serem tomadas que não eram tomadas porque convenientemente, o capital não permitia que isso acontecesse. E o facto de a Europa receber o gás natural da Rússia, teria muito a ver com isso, e um dia a história, mais uma vez, iria dar razão. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Carlos Macedo** que disse que justificar a guerra com uma ação revoltante como esta que estava a acontecer na Ucrânia por ação da Rússia, era estar a “tapar o sol com a peneira”.-----

-----Referiu que cada um tinha de assumir as posições que tomava e dormir consciente das mesmas, depois seria julgado por isso ou não, mas estarem neste debate estéril e a ouvir comentários relativamente a condenar uma guerra e não outra, não. -----

-----Interveio o **Deputado Sérgio Faias** que disse que depois das intervenções do lado do PCP, não tanto do Partido Ecologista “Os Verdes”, ficavam com a sensação de que tudo isto era invertido e que a Ucrânia é que tinha invadido a Rússia e não o contrário. Acrescentou que estava claro quem é que havia agredido quem. - -----

-----Referiu que tinham também alguma dificuldade em perceber esta defesa da Rússia por parte do PCP, de um Estado que era uma oligarquia, um expoente máximo do capitalismo, e por isso não percebiam como é que continuavam a defender a Rússia nos moldes atuais, para além da falta de democracia que existia no País, de um presidente que se perpetuava contrariando e alterando a constituição para se poder perpetuar.-----

-----Usou da palavra o **Deputado Vitor Antunes** que disse que queria deixar bem claro que o que estava em causa eram os povos que eram os mártires destas situações. E, na sua intervenção, ao referir algumas das outras invasões que estavam a acontecer, incluindo a Palestina, era porque gostavam que houvesse solidariedade também para com esses povos, porque estavam pelos mesmos e estavam contra aqueles que sub-repticiamente alguns aqui defendiam.-----

-----Por fim, disse que estavam contra a guerra e estavam com os povos desses países.-----

----- Interveio o **Deputado Rui Rodrigues** que disse que queria relembrar ao Deputado Carlos Oliveira

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

a célebre cimeira das lajes e da mentira.-----

-----Disse também que queria deixar bem claro que era contra todas as ditaduras, fossem elas quais fossem, de Direita, de Esquerda ou de Centro. Qualquer ditadura e qualquer guerra era má, mas gostava de ver aqui uma posição clara sobre aquilo que se passava no lêmén todos os dias e ninguém abria a boca. Queria uma posição clara desta Assembleia sobre os assassinatos de jornalistas pela Arábia Saudita, e ninguém “abria a boca”.-----

-----Referiu que, sobre a Cimeira das Lajes, a história tinha vindo depois esclarecer a mentira que tinha sido criada para a invasão de um País soberano que era o Iraque. Aí ninguém havia condenado os Estados Unidos. Acrescentou que não estava a querer branquear aquilo que se passava hoje na Ucrânia, mas a responsabilidade pelo que se estava a passar na Ucrânia era dos Russos, dos Ucranianos, da União Europeia e da Nato. -----

-----Disse que de facto a Europa tinha-se colocado a “jeito” naquilo que era a sua capacidade energética, mas Portugal também se tinha colocado muito a “jeito” porque se os chineses decidissem fechar as barragens, por se ter vendido as barragens e a energia portuguesa à China, estavam bem-feitos “ao bife”.-----

----- Interveio novamente o **Deputado Carlos Oliveira** que disse que o Iraque era um País extremamente tranquilo e que não incomodava ninguém, e a primeira suscitação que tinha havido contra esse País tinha sido quando o mesmo havia invadido Koweit e queimado os seus poços de petróleo. Ficavam assim conversados acerca do Iraque e do quão pacífico eram os iraquianos.-----

-----Quanto aos Palestínianos, disse que viam na informação que era verdade, que os palestínianos sofriam de vez em quando alguns ataques dos Israelitas, mas os palestínianos também atacavam militarmente Israel. Estavam a falar de situações em que existiam ataques mútuos, já em relação à Ucrânia, perguntou que mal tinha feito a mesma aos russos. Já em 2014 também tinha sido a Rússia a atacar a Ucrânia e tinha ficado a tomar conta de parte da Ucrânia e desde essa época tinha vindo a instigar determinadas zonas da Ucrânia que tinham uma guerra interna, mas ninguém havia atacado a Rússia.---

----- Disse que esta deriva que a Rússia hoje tinha relativamente à Ucrânia, tinham de arranjar uma maneira, pela paz e pela diplomacia de tentar encontrar formas de a travar, inclusivamente os chineses que também não estavam muito interessados em que a Rússia andasse aí à deriva a fazer o que quisesse porque também tinha interesses. Portanto, era pela defesa dos interesses dos povos e tudo aquilo que fazia construir as civilizações que deviam de defender a paz e encontrar soluções para que a mesma se mantivesse.-----

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Por fim, disse que estavam a defender a paz com tanques e que ainda hoje tinham visto na televisão um tanque a passar por cima de um idoso que ia no seu carro. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Presidente da CM** que disse que percebia que quisessem passar uma imagem de que havia uma afinidade entre o PCP e a atual administração e Governo da Rússia, mas era a coisa mais errada que podia existir, mas percebia que dava jeito e nestas circunstâncias então, já a comunicação social fazia esse esforço muitas vezes. -----

-----Isso estava nas antípodas daquilo que o PCP defendia em termos ideológicos, e o problema que tinham neste momento não havia duvida nenhuma que tinha a ver com interesses geopolíticos, e ninguém tinha dúvidas que condenava o ataque, fosse de que País fosse, mas o que não podiam era branquear aquilo que eram as narrativas que evidenciavam o porquê desse ataque, algumas questões que muitas vezes eram omissas. -----

-----Disse que não havia ninguém mais próximo, do ponto de vista daquilo que era hoje a figura governativa do Putin, com aquela que tinha estado nos EUA nos últimos anos. -----

-----Disse ainda que considerava esta uma matéria sensível a todos e que mesmo militantes e simpatizantes do PCP, nem todos estavam de acordo muitas das vezes, alguns por falta de informação e outros porque não estavam de acordo, assim como outras forças políticas não estavam totalmente de acordo. -----

-----Referiu que havia uma coisa que se chamava coerência, porque também o PCP nem sempre estava em desacordo com todos os partidos políticos portugueses, e tinha havido uma intervenção que já pela 2ª vez demonstrava alguma superioridade moral, nomeadamente do Deputado do BE, que era bom que visse aquela que era a posição do BE sobre esta matéria, que era em *ipsis verbis* daquilo que o PCP também defendia. -----

-----Acrescentou que ainda ontem a comissão política do BE tinha dito que a imposição americana de armamento e bases da Nato ao longo das fronteiras da Federação Russa havia resultado num agravamento e numa escalada de conflito à maneira da Guerra Fria. O Governo Português deveria atuar para que a Ucrânia pudesse ter um estatuto com o género ao da Finlândia de neutralidade respeitada. Numa tal solução, aceitável por todas as partes que as diplomacias europeias deveriam empenhar os seus esforços. -----

-----Solicitou em seguida que o Deputado Carlos Macedo fosse coerente com as suas palavras, admitindo obviamente que nem sempre pudesse concordar com a posição do seu partido, mas, vir aqui com superioridade moral como já tinha feito por duas vezes no dia de hoje e por três naquilo que era o desempenho das suas funções, não podia deixar passar em “claro”. -----

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Interveio a **Deputada Cláudia Mata** que disse que pela veemência com que o Presidente da CM condenava qualquer ataque ou invasão de outro País, de acordo com o seu discurso, sugeria que a Bancada da CDU votasse favoravelmente a esta Moção com uma declaração de voto onde expressassem as suas vontades, o que faltava ou no que não se reviam. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Carlos Macedo** que disse que achava que havia aqui um equívoco porque não era militante do BE e que o facto de ter sido escolhido para vir aqui representar o BE não queria dizer que tivesse de concordar com tudo, mesmo que fosse militante não tinha de concordar, e aqui estava a expor uma posição que era sua, porque estava aqui em consciência e em defesa daquilo que achava correto. -----

-----Referiu que estavam a ser propostas coisas que extrapolavam aquilo que era proposto na votação desta moção, e estar a trazer à coação outros argumentos, por muito válidos que fossem, não tinham outro efeito se não a aparente normalização daquilo que efetivamente tinha acontecido, que era um ato de agressão à Ucrânia, e era isso que se pretendia repudiar.-----

-----Interveio o **Presidente da CM** que disse que tinha havido uma falha de comunicação entre o próprio e a Líder da Bancada da CDU, porque havia sugerido que esta moção fosse discutida na próxima sessão, que daria espaço e margem a um documento a ser acolhido e aprovado por todos, mas com a densidade do texto deste documento, não sendo conhecido pelas bancadas a tempo e horas, era quase impossível que em 5 minutos se pudesse fazer aqui essa reflexão. Mas, também parecia que do lado da Bancada da CDU não se tinha afirmado que votariam contra. -----

-----Por fim, disse que de uma forma muito simples, os 7 eleitos municipais do Executivo, na última reunião de câmara, haviam subscrito uma frase proposta pelo Vereador Márcio Souza, que era: “Apelar à paz no conflito entre a Rússia e a Ucrânia”. -----

-----De seguida, não havendo mais intervenções sobre este documento, e sendo colocado à votação, foi aprovado por maioria, com 14 votos a favor (8 PS, 2 CHEGA, 2 PPD/PSD, 1 BE e 1 MSU) e 10 abstenções da CDU, a Moção subordinada ao tema “**Pela condenação do ataque militar da Rússia à Ucrânia**”, que a seguir se transcreve: -----

-----“*A Assembleia Municipal de Sesimbra condena veementemente toda e qualquer violação do direito internacional. Considera que no século XXI a solução para qualquer visão alternativa ou desentendimento deve ser sempre a via diplomática.* -----

-----*Assim, condena fortemente o ataque militar da Rússia contra a Ucrânia e apela à retirada imediata das forças militares russas da Ucrânia. O respeito pelo direito internacional deve ser a bitola quanto ao*

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

reconhecimento de novos países, pelo que solicita à Rússia que reverta seu reconhecimento unilateral das regiões de Donetsk e Luhansk da Ucrânia. -----

-----Só o quadro do direito internacional, dos acordos internacionais anteriormente estabelecidos, a retoma imediata do caminho da diplomacia e das resoluções pacíficas, podem ser o caminho para o futuro pacífico e próspero de toda a região. -----

-----Temos que acreditar no quadro dos valores do século XXI que as soluções pacíficas e diplomáticas são aquelas que melhor defendem as pessoas e a prosperidade e crescimento dos países. -----

-----Reconhecemos, igualmente, os esforços de diálogo conduzidos ao nível europeu por todos os líderes europeus que continuam a trabalhar incansavelmente para uma solução diplomática. -----

-----Assim a Assembleia Municipal de Sesimbra ao abrigo do n.º 1, do artigo 51º do seu regimento, o qual "visa estabelecer princípios e conceitos de orientação e doutrina sobre cada assunto e exprimir a opinião coletiva da Assembleia Municipal", reunida a 25 de fevereiro de 2022, delibera: -----

-----1. Condenar fortemente o ataque militar da Rússia contra a Ucrânia e apelar à retirada imediata das forças militares russas da Ucrânia;-----

-----2. Apoiar, firmemente, a soberania e a integridade territorial da Ucrânia; -----

-----3. Prestar uma palavra de solidariedade para com o povo ucraniano e à comunidade ucraniana presente no nosso país, e em muito particular no Concelho de Sesimbra;-----

-----4. Expressar que a presente condenação dirige-se exclusivamente aos dirigentes da Federação Russa, dela excluindo o povo Russo a quem não só não foi dada a oportunidade de manifestar a sua vontade, como pelo contrário, aqueles que se opuseram foram fortemente reprimidos e presos;-----

-----5. Reiterar que o apoio às populações afetadas é urgente e todo o apoio lhes deve ser urgentemente facultado; -----

-----6. Continuar a lutar por uma posição clara e consistente a nível da UE, bem como por fortes sanções com repercussões económicas para os responsáveis por esta agressão; -----

-----7. Reiterar a mensagem do Primeiro-ministro de que estamos prontos a acolher e apoiar aqueles que decorrentes destes atos de violência viram as suas vidas dilaceradas; -----

-----8. Dar conhecimento da presente moção à Presidência da República, ao Governo de Portugal, à Embaixada Ucraniana, à Embaixada da Federação Russa e à Associação dos Ucranianos em Portugal, bem como divulgar no sítio do Município, Boletim Municipal, redes sociais institucionais e órgãos locais de comunicação social".-----

-----O Grupo Municipal da CDU apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----PELA PAZ!-----

-----A CDU concordou com a admissão da moção “Pela Condenação do Ataque Militar da Rússia à Ucrânia”, não obstante o incumprimento dos prazos regimentais vigentes, mas tendo em conta a pertinência do assunto e a expectativa da apresentação de um documento rigoroso e digno do órgão Assembleia Municipal de Sesimbra. Expectativa gorada, face à incongruência do documento, razão pela qual a CDU se abstêm.-----

-----Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal reafirmam a sua solidariedade aos povos vítimas deste conflito.-----

-----Conflito cuja solução deve ser encontrado através do diálogo entre as partes, no quadro dos princípios da Carta da ONU e da Acta Final da Conferência de Helsínquia.-----

-----A solução que agora defendemos é exatamente a mesma que defendemos quando estavam em causa as guerras contra a Jugoslávia, contra o Iraque, contra o Afeganistão, contra a Palestina, contra a Líbia ou contra a Síria, que continuamos, em coerência, a defender hoje, com a mesma convicção, naturalmente e sempre em nome dos respectivos povos, sempre as principais vítimas.-----

-----A solução não é a guerra, é a paz e a cooperação. A Assembleia Municipal de Sesimbra reclama o estatuto de ter sido pioneira em Portugal (12 de abril de 1983) na aprovação do município como “Zona Livre de Armas Nucleares”, uma deliberação entre muitas do município pela defesa da paz no mundo. Os superiores interesses e aspirações, tanto do povo português como dos povos da Europa, aconselham a que o governo proceda de forma a favorecer o fim da escalada de confrontação e a facilitar uma solução negociada e a não alinhar Portugal na estratégia de crescente tensão ditada pelos EUA, a NATO e a UE. Reafirmam, que é urgente parar a guerra, exigir a instauração de um cessar-fogo, cessar o conflito, abrir uma verdadeira via negocial e exigir a paz.”-----

-----O Grupo Municipal do CHEGA apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“A bancada do CHEGA, na sessão ordinária da AMS a realizada no dia 25 de Fevereiro de 2022, justifica assim o seu voto de aprovação, relativo ao ponto:-----

-----MOÇÃO :PELA CONDENAÇÃO DO ATAQUE MILITAR DA RÚSSIA À UCRÂNIA-----

-----Sendo que, todo e qualquer ataque bélico ceifa vidas, vidas estas de muitos militares e civis, vidas que teriam muito para dar a uma sociedade, independentemente do lado da luta, um ataque militar destrói um vasto património, uma parte da história de um país por resultado das medidas utilizadas é sempre condenável. São danos irrecuperáveis, é uma dor incalculável para quem vive este drama.-----

-----Não se pode aceitar que desentendimentos políticos, militares ou religiosos se resolvam com

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

guerras não se pode permitir que se prove um poder e soberania com guerra que se imponha um regime ou se lute por essa imposição destruindo toda uma geração e um país.-----

-----Assim compete a todos nós apelar á resolução célere deste conflito pelo caminho da diplomacia e das resoluções pacíficas, ao respeito pelos direitos humanos.-----

-----A Bancada CHEGA Sesimbra condena todo e qualquer ato violento vindo ele de onde vier e indiferente do fundamento, nunca se pode combater violência com mais violência, nunca se pode abrir precedentes justificando um ataque com um contra ataque temos de respeitar os valores da humanidade e recorrer á diplomacia.”-----

-----De seguida, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, suspender o Período de Antes da Ordem do Dia, e prossegui-lo no início da segunda reunião a realizar no dia 04 de março.-----

-----Iniciou, logo após, o “Período de Intervenção Aberta aos Cidadãos” informando, no entanto, que não recebera qualquer pedido de intervenção por parte dos Cidadãos e Cidadãs presentes.-----

-----Dando início ao Período da Ordem do Dia, o **Presidente da AM** declarou aberto o atual ponto 1.

-----**Estratégia Local de Habitação do Município de Sesimbra – Envio às Entidades – Retificação da deliberação n.º 438/21, de 22 de setembro**-----

-----Disse que já tinham sido realizadas duas reuniões de comissões, sendo que a primeira ainda no final do anterior mandato, onde foi apresentado este documento e a segunda reunião realizada no passado dia 20 de janeiro, com a presença da Vice-presidente Felicia Costa e da Dra. Célia Ribeiro, onde foi feita uma apresentação intensa, exaustiva e onde foram retiradas dúvidas técnicas.-----

-----Informou que já tinha sido fornecida a documentação que no dia da reunião tinha ficado pendente, e que tinham vindo a surgir pedidos de acréscimo de informação e de documentos sobre este ponto que já tinham sido divulgados por todos.-----

-----Acrescentou que esta era já uma matéria de conhecimento profundo dos deputados, com exceção da Bancada do MSU que tinha tomado conhecimento desta matéria recentemente.-----

-----Cedeu de seguida o uso da palavra ao **Presidente da CMS** que delegou na Sra. Vereadora Felicia Costa, a apresentação deste projeto e a monitorização da discussão sobre o mesmo.-----

-----**A Vereadora** começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que a Estratégia Local de Habitação tinha sido oportunamente apresentada ainda no anterior mandato, uma vez que a Câmara ainda estava em vias de a aprovar, portanto não tinha sido possível levar a ELH para aprovação da AM ainda no mandato anterior, tendo sido no mês de janeiro apresentada aos novos elementos da Assembleia Municipal.-----

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Disse que todas as questões colocadas já tinham sido oportunamente respondidas e explicadas, não apenas presencialmente durante a reunião mas também nos elementos que posteriormente haviam solicitado à Câmara para melhor esclarecimento de algumas dúvidas que ainda restassem. -----

----- Referiu que a ELH resultava de um diagnóstico que a Câmara começou a fazer em final de 2019/princípios de 2020, e nesse diagnóstico, que teve como base um conjunto de meios que permitissem não apenas à rede social do Concelho de Sesimbra, às instituições que faziam parte da sua rede social ou o próprio conhecimento que tinham através da procura de habitação nos serviços da habitação da Câmara, mas também em reuniões que tiveram com as AUGI'S, uma vez que a ELH poderia também ser dirigida àquelas necessidades em termos de reconversão urbanística naqueles territórios mais deprimidos em termos urbanísticos e em termos de construção. Também com as associações de várias índoles, desde associações desportivas, culturais, entre outras. -----

-----Tinha existido um trabalho muito grande em termos de divulgar aquilo que era a elaboração da ELH. Tinham existido vários inquéritos no site da Câmara, e o objetivo principal desta divulgação maciça que haviam procurado fazer, foi no sentido de todas as pessoas, fossem elas públicas, fossem elas privadas, que estivessem em condições de carência de habitação ou de procura de recuperação e de meios financeiros para a recuperação das suas habitações, que pudessem inscrever-se na ELH, que depois de ser aprovada pela câmara e pela Assembleia Municipal, permitiria que o Município estabelecesse acordos de execução com o IHRU para o devido financiamento daquilo que era proposto na própria ELH. -----

-----Recordou que do inquérito alargado, haviam resultado, elegíveis de acordo com os critérios estabelecidos pelo próprio IHRU e pelo próprio programa do 1º direito que estava subjacente, 303 agregados familiares e alguns privados que tinham como objetivo a recuperação e também duas entidades públicas: A Santa Casa da Misericórdia e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social que eram proprietários de habitações que estavam muito degradadas e que poderiam ter financiamentos do 1º Direito. -----

-----Após a identificação desses 303 aglomerados dispersos pelas três freguesias do Concelho, a Câmara tinha identificado, não apenas as tipologias adequadas a cada agregado familiar, mas também em termos de terrenos e soluções disponíveis para poder dar resposta em termos de habitação digna a cada uma dessas famílias. -----

-----Aquilo que indicavam na ELH, eram projetos com maior maturidade, que eram aqueles que já estavam em vias de concretização, por exemplo a operação que estava a ser desenvolvida neste momento pela Efimóveis na Freguesia do Castelo, que permitiria, até pela maturidade que tinha, alavancar as



Assembleia Municipal de Sesimbra

respostas necessárias na Freguesia do Castelo. -----

-----Tinham identificado na freguesia da Quinta do Conde alguns terrenos municipais que também poderiam ser disponibilizados para a construção de habitação, com as tipologias adequadas às necessidades daquela Freguesia, e na Freguesia de Santiago identificaram alguns terrenos municipais que poderiam ter ou não neste momento a ELH concretizada nesses terrenos. -----

-----Relembrou que tinham várias soluções, algumas das quais era o Bairro Infante Dom Henrique por exemplo onde já havia a intenção de avançar para segunda fase da sua reconstrução, essa era uma possibilidade, tal como era possível outros espaços municipais. -----

-----Referiu que era também apontado na ELH, a possibilidade de avançar para a aquisição a privados, como por exemplo o Beco do Quinquilheiro que estava apenas apontado como uma mera referência e hipótese em caso de poderem avançar se chegassem a acordo com o proprietário daquele espaço para a aquisição de fogos naquela zona da Freguesia de Santiago. -----

-----Portanto, o que a ELH apontava em cada uma das freguesias, era para possibilidades, fosse em terrenos municipais, fosse em propriedades, em espaços, em terrenos ou em edifícios já que a CM se propusesse a adquirir caso houvesse acordo entre o Município e os proprietários de cada um desses espaços. O que a ELH pretendia, era encontrar soluções de resposta em termos de fornecimento de habitação às famílias carenciadas que estavam identificadas. -----

-----Relativamente à solicitação da Assembleia Municipal do ortofotomapa indicando na Freguesia de Santiago quais eram os terrenos que a CM se propunha a construir, referiu que os terrenos neste momento eram meramente indicativos. Poderia ser naquele terreno como poderia ser no outro. Estavam a crer que os terrenos indicados eram aqueles que onde preferencialmente tinham mais condições para poder avançar e para poder avançar com a segurança sabendo que os prazos do PRR eram muito curtos. -----

----- Explicou que até 2024 tinham de ter contratualizado tudo com o IHRU, e até meados do ano de 2026 tinham que ter todas as famílias realojadas. Não sabia sequer se era possível concretizar a ELH na sua totalidade, isso iria depender da capacidade de investimento da Câmara, da capacidade de ter projetos de execução a tempo para que em 2024 estivesse tudo contratualizado com o IHRU. -----

-----Referiu que tinha alguma apreensão, sobre tudo naquilo que era o cenário atual, não apenas em Sesimbra, nem na AML, mas no País inteiro, que era um conjunto de obras que ficavam desertas porque os preços não eram convidativos ou porque havia poucas empresas de construção civil neste momento para todas as obras que o próprio PRR tinha vindo potenciar.-----

-----Esta tinha sido uma situação já muito debatida na AML porque as preocupações de Sesimbra eram

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

também as dos outros municípios todos, e todos eles estavam a concorrer com as respetivas ELH's a fundos do 1º Direito ou do PRR e portanto a apreensão era se havia capacidade de concretização de todas as necessidades apontadas em todos os Municípios para cumprir as suas ELH's. -----

-----No caso, não sabia se isto seria possível para Sesimbra, inclusive estavam a ver com a AML poder haver um contrato programa que fosse dinamizado pela AML em termos internacionais onde cada Município poderia depois ir buscar a empresas que pudessem concorrer para a construção dos fogos com que cada um dos municípios pretendesse avançar. Portanto, a preocupação era sobretudo os prazos do PRR e o cenário conjuntural que o País atravessava em termos de empresas de construção para poder responder com essa celeridade.-----

-----Por fim, disse que era urgente que a ELH fosse aprovada e que a mesma estava finalizada há praticamente um ano. Portanto, o trabalho da CM tinha sido concluído há quase um ano e precisava agora deste passo para que a seguir avançassem com as negociações com o IHRU. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que disse que era com satisfação que o PS via a concretização de uma ELH, sabendo que era uma necessidade das nossas populações e o facto de o próprio Governo ter disponibilizado o programa do 1º Direito e mais recentemente ter orientado os fundos de recuperação e resiliência para dar resposta a essas necessidades que nos deixavam muito satisfeitos de poder contar com essa melhoria das condições da população, e ver também que havia essa preocupação no Município de Sesimbra. -----

-----Naturalmente que para votar sobre esta matéria, tinham de estar devidamente informados e saber exatamente e concretamente aquilo que estavam a votar e em que termos o estavam a fazer. Foi por isso que, na última reunião conjunta das comissões, o PS havia solicitado as indicações dos ortofotomapas, assim como a indicação de quais seriam as prioridades.-----

-----Referiu que a CM tinha feito chegar essa informação à exceção de uma zona onde o PS havia demonstrado sempre alguma discordância sobre a implantação de algumas das habitações, essa informação tinha chegado hoje, e o que podiam perceber era que essas preocupações não estavam contempladas nesse mapa, o que tinha trazido alguma satisfação até há momentos com a referência de que aqueles mapas eram todos meramente indicativos e que poderiam vir a ser alterados, o que deixava com alguma incerteza sobre o que iriam votar, se de facto aqueles mapas eram claramente as posições que o Município assumia como as localizações para a implementação da ELH ou se eram meros mapas indicativos que podiam mudar a qualquer momento e, com isso, fazer o PS repensar na sua posição sobre esta ELH, porque a localização e a forma como se iria fazer a implantação das habitações ao longo do



Assembleia Municipal de Sesimbra

Concelho deveria ser tida em conta quando tivessem de decidir.-----

----- Tomou o uso da palavra a **Andredina Cardoso** que cumprimentou todos os presentes e disse que esperavam mesmo que os terrenos indicados na Quinta do Conde fossem os definitivos. Tinham tomado uma nota muito positiva e com muito agrado haviam verificado que os locais indicados favoreciam a dispersão positiva dos fogos.-----

-----Acrescentou que este era um assunto que já tinha sido abordado anteriormente, até na reunião das comissões do anterior mandato, onde tinha manifestado a preocupação dos bairros, que tinham sempre aquela conotação menos positiva.-----

-----Concluiu dizendo que esperavam de facto que os terrenos indicados se tornassem mesmo os definitivos.-----

-----Usou da palavra o **Deputado Carlos Macedo** aqui disse que queria só fazer algumas considerações e pedidos de esclarecimento.-----

-----Referiu que em 2018 foi criado o programa de apoio ao acesso à habitação e que tinha sido aí definido que cada Município tinha de dispor de uma estratégia local de habitação para poder concorrer ao programa do 1º Direito que visava promover soluções habitacionais adequadas a todas as pessoas que vivessem sem condições de habitação e por aí adiante. Perguntou, sabendo que noutros municípios tinham sido mais rápidos a concretizar, porque é que a CM tinha demorado 3 anos a fazer essa estratégia, seria porque não era relevante para o território ou não era algo prioritário e tinha passado a ser mais importante depois do enquadramento dado pelo PRR e a possibilidade de financiamento a 100%, ou seria que os esforços despendidos na revisão do PDM retiravam a capacidade de aprofundar esta estratégia.-----

-----Disse que em 2019 foi publicada a lei de bases da habitação que estabelecia o direito universal à habitação definindo como obrigatoriedade de cada Município dispor de uma Carta Municipal de Habitação, que era o instrumento Municipal de planeamento e ordenamento, devendo ser articulado com o PDM e com outros instrumentos de gestão do território. Era um documento que acabava por ser mais abrangente do que esta Estratégia.-----

-----Que se soubesse, a Carta Municipal de Habitação não existia e nem tinha começado ainda a ser feita. Perguntou qual era a razão disso e se havia a perspetiva de quando é que iria avançar, se tinha a ver também com os esforços que estavam a ser feitos para concretizar a revisão do PDM, se uma coisa dependia da outra e o que é que se perspetivava neste âmbito também porque acabava por entroncar com isto.-----

-----Disse que cria que todos os aqui presentes, até porque isso tinha sido um pouco explanado também

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

nos programas eleitorais, consideravam que existia alguns problemas de habitação no Concelho, de particular incidência na Freguesia de Santiago. A questão aqui era porque é que ao longo de 16 anos à frente dos destinos do Concelho pela força política maioritária que estava na CM há 16 anos, nunca se tinha avançado com a Carta Municipal de Habitação, ou que tivesse outro nome porque esta decorria daquilo que foi imposto em 2019, mas porque é que nunca se tinha avançado com esse documento ou um similar concordando-se que existia efetivamente um problema de habitação. -----

-----Perguntou também porque é que só após a Imposição do Governo Central é que existia predisposição para pensar estrategicamente neste tipo de matérias, se tinha a ver com a concentração no PDM e se estava ser pensado que isso fosse vertido no PDM que ainda não tinha saído. -----

-----Disse que este atraso e falta de ação proactiva nestes âmbitos deixava alguma preocupação pois outro instrumento financeiro que também estava previsto no âmbito do PRR, e que era relevante para o Concelho de Sesimbra, que era o Programa Municipal de Promoção de Rendas Acessíveis, e dependia da existência da Carta Municipal de habitação, e daí também estar a levantar esta questão. -----

----- Referiu que todos os instrumentos estratégicos de gestão territorial deveriam estar articulados com o novo PDM que apesar dos esforços, ateuava em não sair dos gabinetes e nunca mais chegava à discussão pública e ao conhecimento do ponto em que se encontrava para que fosse concretizado o mais rapidamente possível.-----

-----Referiu que, salvo alteração de que não tinha conhecimento, de acordo com o definido no Conselho Ministros de março do ano passado, a primeira reunião consultiva sobre o PDM teria de ser realizada até o final de março de 2022. Não sabendo se tinha existido alguma alteração nestes agendamentos, perguntou se esta reunião já tinha sido realizada porque não tinha conhecimento ou se existia a programação para a sua realização. Acrescentou que depois iria entroncar com a possibilidade das candidaturas em que a não realização dessa reunião conduziria à suspensão do direito de candidatura a apoios financeiros comunitários e nacionais. -----

-----Relativamente a aspetos mais concretos desta ELH, no caso da operação com a Efimóveis e do prédio com 132 fogos, perguntou, percebendo a facilidade de pegar num projeto já existente que tinha uma vertente diferente, que era só a construção a custo justo controlados, se tinha existido alguma avaliação ou alguma análise junto do IHRU ou se havia a possibilidade de o mesmo encontrar aqui algum constrangimento na aquisição de um edifício que não existia ainda.-----

----- Ainda sobre este edifício, disse que o mesmo estava custeado com o valor de aproximadamente 19,5 milhões de euros para os 132 fogos, o que dava um preço médio de 148 mil euros por fogo, e

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

perguntou se este não era um preço demasiado caro para construção a custos controlados para arrendamento acessível que era o que estava em causa para habitação social Isto foi.-----

-----Disse este projeto não tinha avançado por falta de viabilidade do proponente neste caso da Efimóveis e avançava agora com a garantia de compra da Câmara Municipal, o que parecia um bom negócio para a Efimóveis, a questão era se com estes valores seria um bom negócio para o Município ou se era melhor negócio para a Efimóveis do que para o Município. -----

-----Usou da palavra em seguida o **Deputado Carlos Oliveira**, que disse que da análise feita ao apresentado, era no fundo um levantamento feito pelo Concelho. Era um trabalho exaustivo onde eram levantadas as necessidades do Concelho, e portanto julgava que este documento servia os objetivos para os quais tinha sido criado. -----

----- Aquilo que queria salientar era que este documento não trazia só as necessidades de habitação social para o Concelho, trazia também um diagnóstico daquilo que tinha sido a gestão da Câmara Municipal de Sesimbra durante todos os anos atrás, como também da Segurança Social relativamente a um bairro do qual era proprietária. Se fossem ver as soluções aqui apontadas em termos de algumas das habitações, era a reconstrução, o melhoramento e reabilitação. Isto significava, cingindo-se unicamente à Câmara Municipal porque não tinham jurisdição sobre os restantes, que a CMS foi um péssimo senhorio e foi um péssimo proprietário a cuidar das suas propriedades, tanto assim era que chegava a uma determinada altura que a degradação dos prédios onde tinham a habitação social era tão grande que era necessário reconstruir algumas delas. -----

-----Disse que não tinham que pensar no documento porque o mesmo estava feito os objetivos traçados, e o documento provavelmente seria aprovado tal como estava, mas tinham que começar a pensar em termos futuros. Só aqui a Câmara Municipal iria gastar de 59 milhões de euros, portanto estavam a falar em verbas bastante avolumadas que neste momento provavelmente chegavam a custo zero, ou com financiamentos bastante grandes relativamente àquilo que a CM se propunha executar, mas que no futuro teriam que ser preservados, mantidos e cuidados porque não podiam andar sempre a deitar dinheiro para o lixo, porque o que estavam a fazer claramente em algumas situações era deitar dinheiro para o lixo porque não faziam a manutenção.-----

-----Disse ainda que era isso que espelhava estes documentos relativamente a um conjunto de edifícios e que era bom que não acontecesse no futuro, porque estas habitações hoje iriam servir para algumas pessoas mas amanhã poderiam servir para as outras, e para ser possível servir os objetivos que tinham com a habitação social, tinham que manter o parque habitacional sem estar degradado.-----

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse também que se queriam dar às pessoas uma habitação condigna, não podia ser só no dia em que davam a chave, deitavam os foguetes e tiravam fotografias porque iriam possibilitar às pessoas o acesso à habitação, a habitação condigna era nesse dia e nos dias todos a seguir, e era isso que a Câmara Municipal, esta ou qualquer outra, tinha que fazer até porque estavam a gastar dinheiros públicos.-----

----- Referiu que tinha feito umas contas “por alto” relativamente áquilo que era hoje em dia o investimento das Autarquias e o investimento público em termos de habitação e achava “graça” quando ouvia falar às vezes da especulação porque as rendas eram muito caras, mas as rendas não estavam caras, o que estava caro era os impostos e a manutenção que tinha que ser feita. Exemplificou que se uma entidade tivesse um financiamento de 80% para a construção e fizesse um arrendamento na base dos 170 € ou 180 €, chegava ao “*break even point*” ao fim de 20 anos, se fosse um particular com tudo aquilo que tinha que pagar de impostos, etc. levaria 30 anos a conseguir chegar ao *break even point*, estavam a falar de uma diferença de 170 € para 800 € de renda, para o mesmo fogo e para o mesmo investimento, e portanto não havia especulação, havia sim custos muito elevados relativamente a quem eventualmente estava interessado em fazer investimento para habitação.-----

----- Por fim, disse que a sua principal preocupação neste momento era saber quais eram os planos da Câmara Municipal em termos de futuro, em termos da manutenção e em termos de manter este edificado em condições de habitabilidade, porque se dessem uma volta pelo Concelho para verificar os fogos aqui identificados, chegariam à conclusão que estavam extremamente degradados e que não era, em alguns casos, uma habitação condigna para as pessoas.-----

----- Tomando de seguida o uso da palavra, a **Vereadora Felicia Costa** começou por responder às questões do Deputado Sérgio Faias dizendo que o que a CMS apresentara como intenção de concretizar construção de habitação ou aquisição, nos locais indicados nos Ortofotomapas, eram aqueles. A CMS indicara o Beco do Quinquilheiro, mas este não era pertença da CMS e não sabia se iria concretizar ou não a operação com o proprietário, uma vez que teria que negociar o preço que não poderia ser acima daquilo que eram os valores expectáveis da parte da CMS para ir buscar financiamento.-----

----- Como era do conhecimento, os financiamentos tinham valores de referência muito apertados do IRHU e existiam operações que poderiam ser concretizadas ou não, sobretudo quando eram terrenos que ainda não eram municipais. Esta resposta também poderia ser para a questão que a Deputada Andredina colocara.-----

----- O que a CMS tinha a certeza que iria conseguir concretizar na Freguesia da Quinta do Conde era a construção em lotes municipais na Ribeira e na AUGI 24 porque aí a CMS não dependia de ninguém.

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Obviamente que a intenção da CMS, até para concluir ou completar o programa de necessidades na freguesia da Quinta do Conde, era construir os fogos na AUGI 24 e também em lotes que estavam dispersos, aliás no conceito da filosofia que fora abordada na reunião das Comissões, mas o que era facto era que neste momento só um lote estava no processo de fechar a escritura e todos os outros estavam em fase de negociação e alguns até com algumas dificuldades em se poder chegar a acordo com as proprietários. ---

-----Estas eram as contingências que não dependendo do Município levavam a dizer que aquilo que a CMS indicara era um referencial que pretendia cumprir, mas tudo o que dizia respeito a fogos ou terrenos que não fossem da exclusiva tutela da câmara não podia garantir hoje à Assembleia Municipal que seriam concretizados, nomeadamente no Beco do Quinquilheiro assim como no Edifício Oásis que também fora uma outra sugestão e possibilidade para dar resposta, por aquisição do imóvel que era privado e se encontrava degradado no centro da vila, que também seria importante até como estratégia de regeneração urbanística, a CMS poder adquirir e colocar em habitação social, tentando resolver o problema da falta de habitação e ao mesmo tempo resolver a questão urbanística, mas o problema era que o edifício não era do Município, sendo apenas indicativo. -----

-----Respondendo em seguida ao Deputado Carlos Macedo disse que não tinha havido da parte da CMS um descuido, nem uma falta de visão estratégica, quando, por decisão do Conselho de Ministros, fora publicado o 1.º Direito e a possibilidade das Câmaras poderem concorrer à construção de habitação. A CMS não estava desatenta relativamente àquilo que eram as necessidades das populações e não avançara logo na altura para a construção do 1.º Direito, não por algumas negociatas que subliminarmente se notara na pergunta, algumas negociatas que poderiam ter a ver com a necessidade do PDM ser concluído mais depressa ou mais tarde. A CMS não avançara porque o que estava previsto em termos de 1.º Direito era altamente deficitário para a CMS. Era um financiamento que no máximo rondaria entre os 35 e os 40% do valor elegível e sabia-se muito bem que os valores elegíveis do IRHU eram muito abaixo dos valores de construção. -----

-----O financiamento do 1.º Direito não era nem de perto, nem de longe, apelativo. Eram muito mais apelativos os financiamentos do PRR que na maior parte dos casos eram financiados a 100% sobre o valor elegível. Os valores de referência eram atualizados todos os três meses e não sobre o custo real da operação.-----

-----Este fora um dos motivos por que a CMS não avançara, sendo que na altura a CMS estava a braços com um conjunto de investimentos, alguns deles por substituição à administração central, que oneravam



Assembleia Municipal de Sesimbra

em muito, o seu orçamento, e com os financiamentos previstos para o 1º Direito, naquela altura, o orçamento da CMS não permitia que se avançasse para o lançamento de construção a custos controlados. Aquele era o motivo por que a CMS não avançara para a estratégia local de habitação, tendo avançado numa fase mais tardia, quando algumas das operações financeiras em termos de construção, nomeadamente o centro de saúde e outro, já estavam de alguma forma encaminhados e sobretudo quando o financiamento do PRR permitiria uma outra facilidade em termos de construção, porque era maior. ---

-----Prosseguiu a sua intervenção referindo que à semelhança da maior parte dos municípios e se Sesimbra era um dos municípios mais atrasados no âmbito da aprovação da estratégia local de habitação, também era verdade que da parte da CMS o trabalho estava concluído há quase um ano. Faltava só a etapa da aprovação na AMS. -----

-----Em relação à carta de habitação que era um documento estratégico, mais do que a estratégia local de habitação, porque era mais operacional e mais de execução e tinha um peso em termos estratégicos e de definição de políticas de habitação diferente do que o da Estratégia Local de Habitação, estava neste momento em fase de desenvolvimento processual de aquisição de serviços a uma empresa externa à CMS que provavelmente seria a mesma que fizera a estratégia local de habitação, até para aproveitar todo o trabalho e conhecimento do terreno e avançar rapidamente para a Carta de Habitação que a CMS previa que estivesse concluída ainda durante o ano de 2022. -----

-----Em relação à operação da EFIMÓVEIS, informou que a mesma não avançara porque tinham cessado os fundos do IRHU. -----

-----A operação da EFIMÓVEIS fora lançada com 2 vertentes. Uma era a construção para venda a custos controlados na Rua Conselheiro Ramado Curto, na Vila de Sesimbra “As Varandas Felizes” que se concretizara e se vendera, sendo que os últimos fogos já se tinham vendido com muita dificuldade. -----

-----Existia uma lista fornecida pela CMS e era esse, no fundo, o contrato programa que a CMS tinha com a EFIMÓVEIS, que vendia os fogos seguindo uma lista de agregados familiares cedida pela CMS. Era uma lista grande de pessoas que estavam inscritas, e um dos critérios de preferência eram as debilidades financeiras em termos de família, sendo que os últimos fogos tinham sido vendidos a pessoas que estavam nos últimos lugares da lista e a algumas que já não estavam na lista, porque deixara de haver financiamento para compra. -----

-----Na altura da TROIKA, a maior parte das famílias portuguesas deixaram de ter acesso ao crédito bancário e toda aquela operação que fora construída com a EFIMOVEIS, apenas se concretizara a dos fogos na Vila de Sesimbra e os que previam concretizar exatamente com o mesmo programa para venda a custos



Assembleia Municipal de Sesimbra

controlados na freguesia do Castelo, não avançara porque fora na altura em que o próprio IRHU deixara de financiar aquele tipo de operações.-----

-----Portanto tudo aquilo que era alavancado com financiamentos públicos que eram promovidos pelo IRHU, ficaram bloqueados, e aí a EFIMÓVEIS não avançara assim como outras empresas que trabalhavam muito com o IRHU na construção de habitação a custos controlados e obviamente não tinham avançado os municípios.-----

-----Não era falta de visão estratégica, mas obviamente a estratégia tinha que ser ancorada em fundos e em receitas que permitissem que a CMS de uma forma responsável e consciente pudesse avançar para a operação de construção de habitação pública ou outra operação qualquer, e o que era facto era que a partir de 2012/2013 não se tinham verificado financiamentos do IRHU. Os financiamentos do IRHU tinham surgido com o anúncio do 1.º Direito e mesmo assim com os financiamentos baixos como já referira. ----

-----Quando há dois anos atrás a EFIMÓVEIS procurara a CMS, não propusera que a CMS adquirisse os fogos, mas sim retomasse o licenciamento da operação urbanística que estava no programa que tinha sido celebrado com a CMS. Ou seja, como voltava a haver financiamentos a EFIMÓVEIS estava em condições de retomar a operação e avançar para o licenciamento junto da câmara de todo o programa de construção.

Na elaboração da estratégia local de habitação, a CMS apercebera-se com mais pormenor das necessidades para a Freguesia do Castelo e com os prazos que eram dados em termos do PRR, que só este ano divulgara os anúncios de financiamento para construção de habitação pública, o que a CMS vira era que com os prazos tão curtos que estavam a ser dados, das duas uma: Ou a CMS ia fazer projetos de execução para os terrenos que eram municipais e que tinha a certeza que aí podia concretizar e sabendo que em termos de projeto de execução teria de, obrigatoriamente, de adjudicar fora, quase a maior parte deles, porque os técnicos camarários estavam assoberbados com operações de licenciamento de operações urbanísticas, fecho do PDM, e uma série de outras questões que os impedia de, praticamente, poderem avançar para aqueles projetos de execução.-----

-----Sabendo também a CMS o tempo que demorava, não apenas a elaboração de um projeto de execução, mas lançar a empreitada, quando nos últimos anos, as empreitadas que eram lançadas e que ficavam desertas porque a revisão em alta dos preços era constante, nomeadamente em operações onde a CMS se estava a substituir à administração central, e que quase de mês a mês sofria revisão de preços, porque não existiam empresas a construir, os materiais eram caros e não havia mão-de-obra, salientando que tudo aquilo não era um problema que se podia imputar à falta de estratégia do município de Sesimbra.



Assembleia Municipal de Sesimbra

Sabendo qual era a realidade não valia a pena ser sonhadores nem estratégias se depois não tinham as condições físicas e operacionais para que a estratégia se concretizasse.-----

-----A forma mais amadurecida que a CMS tinha para concretizar na freguesia do Castelo a resposta às necessidades identificadas pela estratégia local de habitação, era ver com a EFIMÓVEIS uma outra questão, ou seja a CMS adquiria os fogos diretamente à EFIMÓVEIS. O próprio 1.º Direito dava a possibilidade de poder alugar, comprar ou construir. Assim, a decisão da CMS fora de concretizar a aquisição.-----

-----Os valores de referência eram aqueles que mais uma vez eram os do IRHU. Quando a EFIMÓVEIS dava à CMS um valor de construção era o valor que era financiado pelos termos de referência que o IRHU tinha. O que a CMS iria adquirir era por via de uma avaliação, mas sobretudo por via daquilo que resultava de uma operação de financiamento que o próprio IRHU tinha junto da EFIMÓVEIS porque o que a EFIMÓVEIS ia construir decorria de alguma forma do financiamento de acordo com as verbas aprovadas pelo IRHU do financiamento direto do IRHU à EFIMÓVEIS, e era com base nesse valor que a CMS se propunha vir a adquirir as frações. -----

-----Sobre a intervenção do Deputado Carlos Oliveira disse que o Deputado, naquele caso concreto, estava um pouco distraído. Disse que era claro que a CMS tinha problemas nas habitações sociais. A manutenção que fazia aos seus bairros podia não ter a regularidade que gostaria, mas era feita com muita frequência respondendo não a questões estruturais dos edifícios, mas a solicitações dos próprios inquilinos. Os imóveis de habitação pública, propriedade da CMS hoje, que apareciam na estratégia local para reabilitação eram 2. Um estava abandonado há muitos anos e há muito anos que não era para habitação social, que se situava perto do edifício da CMS, na Rua onde funcionava uma florista. A CMS iria avançar agora com o financiamento para recuperar o edifício, e sendo um projeto pequeno, iria ser feito pela autarquia. -----

-----O outro imóvel era na Rua Conselheiro Ramada Curto e os problemas que existiam não eram de falta de manutenção, mas sim problemas estruturais do próprio edifício em termos de segurança. Assim a CMS propunha na Estratégia Local de Habitação a demolição e reconstrução, à semelhança do que acontecera com o Bloco da Mata onde a CMS também estava a fazer uma intervenção aproveitando os fundos do IRHU que tinham voltado a aparecer com financiamentos muito abaixo dos 50% do que era o valor real, onde existiam problemas estruturantes até da própria estabilidade do edifício, daí que a CMS propusesse na Estratégia Local de Habitação, demolir e reconstruir. -----

-----Em relação ao outro Parque Habitacional que era hoje propriedade da CMS, o que propunha fazer era diferente, mas também aproveitando os fundos do PRR. A estratégia não resistia àquilo que eram as

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

conjunturas nacionais que surgiam a cada momento. A CMS para fazer uma boa gestão daquilo que era os seus dinheiros, tinha que ir atrás das oportunidades porque o comboio não passava 2 vezes, como o Presidente Augusto dizia muitas vezes. -----

-----A CMS muitas vezes tinha que abandonar algumas prioridades da estratégia definida, em detrimento do financiamento que era anunciado ou pelo governo português ou pela comunidade europeia, que não era para o que a CMS considerava prioritário, mas que era para outra área qualquer. Assim aproveitando também outra área que estava neste momento aberta ao nível do PRR, a CMS ia avançar no outro Parque Habitacional, mas para, de alguma forma, resolver problemas de eficiência energética nalguns blocos com energias mais amigas do ambiente. -----

-----Disse depois que não era a única a dizer e lembrava-se de a Deputada Andredina ter dito numa sessão que o bairro social da Boa Água tinha muito melhor aspeto do que outros blocos de edifícios privados, nem qualquer estigma de habitação social. -----

-----Referiu que a CMS tinha visão e estratégia que muitas vezes eram implodidas por decisões em termos de financiamentos, os quais a Câmara não controlava e o que vinha fazendo ao longo do tempo era fazer o investimento possível em cada orçamento, mas todos os anos existia uma verba substantiva que ficava afeta no orçamento da CMS para intervenção nos bairros municipais. -----

-----Concluiu dizendo que se preocupava com o futuro sobretudo no que dizia respeito à manutenção dos fogos que a CMS pretendia fazer. Não sabia se a CMS iria conseguir concretizar os 303. Muitos iria concretizar e obviamente que a CMS teria de estar preparada para a sua manutenção. -----

-----Disse em seguida que a estratégia local de habitação, na sua perspetiva, era redutora. Outra perspetiva de intervenção da CMS era ao nível da criação de bolsas de renda acessível. A estratégia local de habitação nem permitia que isso fosse falado e portanto, as outras respostas que a câmara tinha que ter de uma forma holística, articulada, generalizada para as necessidades do Concelho, onde se incluíam também as bolsas de renda acessível, não estavam vertidas na estratégia local de habitação, não por uma opção da câmara, mas porque o próprio formato em que a estratégia estava feito não o permitia. -----

-----Iria aparecer de certeza, como outras situações, na Carta de Habitação Municipal que teria o prazer de durante este ano poder partilhar com os deputados e deputadas. Tinha o compromisso, que já partilhara no âmbito da reunião conjunta das Comissões, de que o documento não surgisse fechado, mas que pudesse nascer com o contributo e com a participação mais possível da Assembleia Municipal. -----

-----Usou de seguida da palavra **o Deputado Rui Rodrigues dizendo** que a CDU se congratulava com a apresentação do documento, o qual, no entanto, não era o início de um processo de resolução daquilo que



Assembleia Municipal de Sesimbra

eram as características habitacionais do Concelho de Sesimbra. -----

-----Este documento era a continuação daquilo que vinha sendo, dentro das possibilidades, a política de apoio à habitação. Relembrou a construção do edifício junto à Escola Navegador Rodrigues Soromenho para custos controlados, o próprio do Bairro do Matadouro, o Bairro da Rua da Cruz, e o próprio Bairro do Largo 2 de abril, que eram exemplos daquilo que vinha sendo a política de apoio à habitação social no Concelho de Sesimbra, também o Bairro Infante Dom Henrique no mandato do Presidente Augusto Pólvora, eram alguns exemplos de que de facto Sesimbra tinha carências de habitação, mas isso devia-se muito àquilo às características da Vila, porque era uma Vila apetecível e existia a especulação imobiliária que era impossível de travar, e isso vinha levando ao facto de que houvesse o afastamento da população mais jovem da Vila, o que preocupava a todos, mas esta Estratégia Local de Habitação podia ser um passo importante para a resolução desse problema. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Sr. Presidente da CM** que, relativamente às questões colocadas sobre o PDM, disse que não teve nenhuma influência na ELH nem na Carta Municipal de habitação e informou que estava prevista a reunião da Comissão Consultiva no dia 24 de março em Sesimbra, portanto com certeza que durante estas próximas semanas, conforme o repto que tinham feito há 2 dias ao Presidente da AM, a AM poderia ter uma apresentação prévia do documento, apesar de que os elementos que se mantinham em funções do mandato passado, com algumas pequenas adaptações à Revisão do PDM, já tinham tido a oportunidade de assistir á apresentação do documento. -----

----- Sobre a ELH em concreto, disse que o conceito estratégico local de habitação, dito de uma forma grosseira, não era mais nem menos do que o levantamento das necessidades em termos de parque habitacional para renda apoiada e as soluções que o município apresentava num curto espaço de tempo para dar resposta ao conjunto de agregados familiares desse mesmo levantamento. -----

-----A operação de financiamento do 1º Direito não era de todo uma operação apetecível. O financiamento a fundo perdido variava entre 30% a 40% e poderia também ir a 40% por via de empréstimo com a nuance de não contar para capacidade de endividamento dos municípios, e pelo menos 10% do capital próprio dos municípios tinham que entrar. -----

----- Não era um instrumento totalmente apetecível para que se pudesse ir o jogo na construção de habitação Pública, nomeadamente para renda apoiada, e a partir daí também nunca tinha havido esta emergência, porque a partir do momento em que era assinado o contrato com o IHRU, Independentemente do prazo do PRR que surgira já depois de Legislação do 1º Direito, teriam sempre 6 anos para concretizar toda aquela contratualização que faziam de construção, aquisição e Reabilitação de fogos. Havia várias

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

modalidades, inclusive até o arrendamento, ou seja, a CM podia arrendar fogos para subarrendar depois aos agregados familiares em renda apoiada. -----

-----Referiu que havia um conjunto de modalidades com valores de referência que serviam para a construção, portanto o Município de Sesimbra quando construía mesmo que do ponto de vista do concurso público uma construção em 12 milhões de euros, se os valores de referência fossem de 10 milhões de euros, ao PRR, nesta componente da C2, só pagaria os 10 milhões, tal e qual como na aquisição na questão da Efimóveis. -----

-----Referiu que no final de 2020 / início 2021, quando começara a discutir a questão do PRR e a componente C2 de habitação, não tinha havido nenhuma unidade intermunicipal nem Área Metropolitana que tivesse feito um trabalho tão árduo como a AML. Acrescentou que a Ana Pinho foi prestadora de serviços para a AML e que havia desenvolvido todo deste trabalho, e bem, com os 18 municípios de um levantamento para uma eventual Estratégia Local Metropolitana que fosse rapidamente incluída no PRR. Não sabia há época se o PRR exigiria ou não a ELH que estava prevista no 1º Direito. -----

----- Referiu que Município de Sesimbra apontara em abril de 2021, no documento que estava fechado pela AML, exatamente as operações que tinham sido colocadas pela Vereadora, como a questão da Ribeira do Marchante, o Bairro Infante Dom Henrique e com uma outra operação mais pequenina, daria um investimento na ordem dos 20 e poucos milhões de euros, e isto correspondia há época, ao número de fogos face áquilo que era a procura existente nas listas da Câmara Municipal de Sesimbra dos agregados familiares em condições e termos daquilo que eram os seus critérios para estarem enquadrados na renda apoiada. -----

----- O que se fizera depois com ELH foi ir mais longe, portanto tinha havido avaliação junto de parceiros, de entidades, das próprias do IPSS e obviamente das próprias famílias que puderam num quadro de consulta pública, inscrever-se e dar o seu contributo, inscrever o seu agregado familiar com os devidos documentos, e partir desse momento havia-se alargado claramente a necessidade em termos de fogos, que na altura não chegavam a 200 para a totalidade de 303 fogos. -----

-----Acrescentou que tinham sido muitas mais as famílias que haviam submetido informação sobre o respetivo agregado familiar, mas as que cumpriam os requisitos eram 303 e havia-avanzado para esta solução que não era mais nem menos do que ter alguma dinâmica também, ou seja, tinham que apresentar o número de fogos correspondentes aos agregados familiares de acordo com as tipologias necessárias, mas amanhã, mesmo em sede de contratualização com o IHRU, por exemplo, do Bairro Infante Dom Henrique, se viessem a verificar que não a conseguiam implementar, podiam avançar para aquisição de fogos também

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

na Vila Sesimbra com a CM suportando o remanescente ao valor de referência e valor de custo de mercado. -----A pressa neste momento e a necessidade emergente era porque já tinham saído os avisos do PRR no final de dezembro/início de Janeiro. Há época, só as necessidades da AML apontavam para valores superiores áquilo que o próprio aviso tinha para Portugal Continental. Era verdade que a maior parte dos municípios estavam com um conjunto de problemas, inclusivamente em sede de tramitação de projetos para aquilo que eram os seus solos de construção, e era verdade que uma parte significativa dos municípios estavam a pontar para soluções exatamente como Sesimbra tinha com a Efimóveis, ou mesmo para a aquisição quando o mercado normal e tradicional o permita para a aquisição de fogos diretamente no mercado com o financiamento do PRR. -----

-----Disse que se houvesse fogos na Vila de Sesimbra, T3 ou t2, por 150 mil euros e se o financiamento fosse de 140 mil euros, não hesitariam em comprar 30, 40 ou 50 fogos, aliás havia um edifício que teve na linha da frente para resolver um problema Urbanístico e era um edifício que neste momento tinha 80 fogos. Era claro que teria de se alterar algumas tipologias face áquilo que estava construído, que era aquele edifício no Largo Almirante Gago Coutinho, no Largo da GNR , que era das Construções Oásis de São João, que resolveria parte daquilo que era a procura para a Freguesia de Santiago. A procura para Freguesia de Santiago resultava não apenas da procura de residentes ou de potenciais residentes na Freguesia de Santiago, mas também daqueles que entendiam que poderiam ser aqui fixados no quadro de fixação de população. -----

----- Disse que ainda hoje tinha recebido a informação sobre esse edifício de que estava a decorrer o leilão e que faltavam 53 dias para licitação. O valor base era 10 milhões de euros e o preço mínimo eram 8,5 milhões. Entre aquilo que era o valor de referência do IHRU e a avaliação que fizeram sobre o edifício, entre aquilo que era o custo de Valor de mercado, face ao estado em que estava, e o valor necessário para o reabilitar, seriam necessários 12 a 13 milhões de euros. Portanto era impossível adquirir um edifício por 10 milhões sabendo que tinham mais 6 ou 7 milhões para o reabilitar. -----

----- Era a melhor solução e mais rápida para a Vila de Sesimbra mas também não descuravam e não iriam descorar, porque todos se apercebiam, todos os municípios sem exceção, mas principalmente os da AML, que era impossível e que iria ser completamente impossível, os municípios, com a quantidade de operações que tinham, poderem executar tudo até ao final de 2026, aliás, em junho de 2026 as casas teriam que estar inevitavelmente entregues. -----

-----Disse que por muito que quisessem dizer aqui que em 2026 teriam 303 fogos, era humanamente e tecnicamente impossível, mas a ELH tinha que ter 303 fogos porque seria a mesma a validar as operações

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

que iriam concorrer, que eram as mais obvias, por um lado a Efimóveis que, respondendo ao Deputado Carlos Macedo, era um processo que vinha sendo amplamente acompanhado até com o próprio IHRU, porque tinham visto aqui as várias soluções, fossem de aquisição, fossem de arrendamento, e o arrendamento teria a vantagem de a CM não ser o proprietário ou inquilino, e na reabilitação a responsabilidade, sobretudo estrutural, passaria para a Efimóveis, e a CM ficaria como arrendatário e subarrendaria às famílias com valores muito mais reduzidos. Haveria uma participação do IHRU nos primeiros 5 anos do arrendamento, nomeadamente 50%, 25% e 15% subsequentemente durante 5 anos, e portanto a partir dali seria a CM a assumir tudo e, olhando para o custo-benefício, com a aquisição feita de raiz, seria muito mais vantajosa até porque tinham também o financiamento do PRR, e era a operação que tinha maior maturidade neste momento.-----

-----Referiu que ainda há poucos dias comentava com a Vice-Presidente que tivessem neste momento a possibilidade, e não estava fora de hipótese, de fazer uma operação similar na Ribeira do Marchante. Acrescentou que Câmara de Lisboa tinha feito isso com muita frequência e bem, e o próprio IHRU estava a fazer neste momento para aquilo que era a sua habitação pública.-----

----- Disse que a própria solução, tendo em conta a exiguidade do solo que estava prevista para o Bairro Infante D. Henrique e já tinha um estudo prévio face à necessidade de fogos, às necessidades de cumprimentos das acessibilidades hoje que era legislação recente de 2019, estavam a equacionar alterar o local para a zona do refeitório municipal, onde existe um terreno ao lado da ARS-LVT (Administração Regional Saúde de Lisboa e Vale do Tejo) que já tinha disponibilizado ao Município, e estavam à espera que fosse publicado para sair, mas tinham de ter um programa funcional e estavam neste momento a estudar essa possibilidade.-----

----- Acrescentou que iriam conseguir ir tão longe quanto aquilo que conseguiam do ponto de vista técnico, e considerava que, se conseguissem arranjar uma solução em Sesimbra com 30 ou 40 fogos que se associassem à Rua Leão de Oliveira, que era mais 3 fogos, ou Beco do Quinquilheiro, de aquisição direta que eram mais 6 fogos, se conseguissem a solução na Freguesia do Castelo com 80 fogos e a solução na Quinta do Conde mais 72 fogos, seria uma transformação brutal também naquilo que era a resposta de habitação a renda apoiada no Concelho, portanto cumpriria uma parte significativa daquilo que era a procura que tinham.-----

-----Disse que o Município de Sesimbra, no quadro da AML, se não fosse aquele que, seria daqueles que menos necessidades tinha de habitação pública, ou seja, do levantamento que existia em termos de necessidades de famílias com estas características e destes critérios, o Concelho de Sesimbra era dos

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

concelhos que menos necessidades tinha. Aliás, Sesimbra e Mafra eram os dois concelhos que mais se haviam debatido em sede de discussão com o Governo, ainda no mandato passado, que a componente C2 de habitação do PRR deveria ter também uma componente a fundo perdido, em subvenção, para habitação acessível. -----

-----Disse também que era claro que numa estratégia de fixação de população na Freguesia de Santiago, a solução só passava por renda acessível. Não podiam comparar Sesimbra com uma desertificação feita por questões meramente conjunturais. Havia questões efetivamente do mercado imobiliário, de especulação, e do valor de mercado, mas a resposta em termos de camas de alojamento convencional não era minimamente suficiente para aquilo que tinha sido a carga do Turismo. O Alojamento Local representava já mais do dobro do número de camas daquilo que era o alojamento tradicional e precisavam de controlar, travar e inverter isso, mas o instrumento não era a aquisição nem a construção. -----

-----Referiu sobre o regime de subvenção, que tinha a informação de que até podia haver a possibilidade de haver um aviso para renda acessível com financiamento em subvenção a fundo perdido porque aquilo que estava previsto na contratualização do Estado Português com a União Europeia para o PRR, era que a componente para habitação acessível fosse pela via da contratualização de empréstimo, e o Governo, e bem, uma vez que iria poupar aquilo que não gastaria do Orçamento de Estado do Orçamento do IHRU porque ia “enfiar” tudo no PRR, teria a possibilidade de adquirir por empréstimo junto da União Europeia mas que depois pudesse fazer em regime de subvenção aos municípios para a construção de habitação acessível. -----

----- Se isso acontecesse, que não podia ser muito longe dos próximos um ou dois meses, o Município teria que repensar algumas destas soluções, mesmo que colocassem hoje na ELH para renda apoiada, se não as realocaria para renda acessível se não tivesse uma maturidade já muito avançada do ponto de vista da candidatura ou da operação, que não seria mais do que a elaboração do projeto. Se servia para uma coisa poderia servir também para outra. -----

----- O quadro neste momento era este e quando se dizia que muitas vezes andavam atrás daquilo que era apresentado, era um facto. Ninguém pensaria que há 3 anos, antes da pandemia, tivessem pela frente uma possibilidade de poder ter 303 fogos financiados a fundo perdido com 56 milhões de Euros quando os fundos comunitários eram 50% para a região de Lisboa. -----

----- Disse que o que estavam a pensar neste momento, olhando para aquilo que eventualmente pudesse ser a capacidade de ir a jogo com as operações que estavam neste momento definidas na ELH ou as que pudessem criar, porque podiam criar dinâmicas face àquilo que era a ELH, tinham era que dar



Assembleia Municipal de Sesimbra

resposta àquele número de fogos, aquilo que tinham de equacionar era que o Bloco da Mata, e já tinham visto isto com a entidade gestora, Portugal-Lisboa 2020, e uma vez que a contratualização para habitação publicação não definia se era para renda apoiada ou para renda acessível, era poder transformar uma parte significativa daqueles fogos em renda acessível e não em renda apoiada.-----

----- Disse também que quando se falava em reabilitação de edifícios, tinha sido talvez a operação mais complexa de encontrar nos últimos anos para reabilitar o edifício no centro da vila de Sesimbra, que tinha inicialmente como proprietários uma parte pública do Município e uma parte privada, sem condições de se avançar e com problemas estruturais, até com risco de queda, e como aqueles que eram inquilinos do Município estavam hoje alojados em habitações privadas com a renda suportada pelo Município, mesmo admitindo que aguentariam mais tempo para suportar essa renda, era preferível ter uma oferta maior em termos de fogos diversificada entre renda apoiada e a própria renda acessível.-----

-----Se conseguissem de todo fazer uma operação em cada uma das freguesias de maior dimensão seria um ganho fundamental. Havia depois as operações mais pequeninas que também faziam todo sentido, como a do Beco Quinquilheiro que não era uma operação que se dissesse que resolveria o problema de Sesimbra, porque eram seis fogos da tipologia T1, mas tinha existido abertura também do proprietário em acordar com a Câmara Municipal, em fazer as obras de acordo com aquilo que eventualmente eram as necessidades do Município em termos do número de fogos para aquela zona para que o Município ficasse ali com uma habitação pública, garantindo que não serviria nem para segunda habitação nem para alojamento local, que era para o que seria o fim do Beco do Quinquilheiro. Acrescentou que ainda não sabiam os preços e que era provável que fossem mais altos que os valores de referência, mas ainda assim era admissível que pudessem ir a “jogo”.-----

----- Disse que refutava quando diziam de uma forma grosseira, e sem isentar de responsabilidade também a Câmara Municipal, que uma das grandes responsabilidades que teve foi exatamente no conceito que todos pensavam que era o melhor, a sua geração, a geração que antecedeu e que o sucedeu, que era o conceito de terem as suas próprias casas mesmo que isso resultasse de empréstimo, que era uma renda durante 30 anos à banca, e todos tiveram esse espírito, e o espírito que o município teve e bem também, foi a da venda a custos controlados e muitas das vezes a venda daquilo que eram as habitações arrendadas durante anos aos próprios inquilinos para que a pessoa tivesse a sua casa.-----

----- Essa estratégia, que considerava justa porque também era resultado das ambições e das expectativas das próprias de pessoas, tinha vindo a revelar-se ao longo de um conjunto de anos, uma especulação imobiliária. Hoje a CM já havia readquirido um fogo nas Varandas Felizes, muito a custo,

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

porque nem todos tinham o ónus de direito preferência pelo Município por 20 anos, e não conseguiam readquirir mais porque os proprietários queriam vender, e bem, mas o Município não conseguia adquirir por aquilo que estava contratualizado na escritura, que era o valor da aquisição com acréscimo do Índice dos preços ao consumidor durante o conjunto de anos entre a compra e a venda, e os proprietários tinham ofertas de duas ou três vezes mais do que o valor pelo qual haviam adquirido. -----

----- Acrescentou que ninguém tinha tirado as pessoas da Vila de Sesimbra. Havia pessoas da sua geração que tinham ido procurar melhores condições na Freguesia do Castelo, e quantas centenas foi assim. Ninguém tinha sido “empurrado” da Vila, e tinham estes exemplos, como tinham no Largo da Marinha e outros tantos, e era um facto que tinham de mudar as “agulhas” e a solução passava pela renda acessível. Hoje as pessoas e os casais jovens estavam mais despertos e tinham uma sensibilidade diferente para o mercado de arrendamento. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias**, que disse que a questão colocada era mais simples e que não era preciso este tempo todo pelo menos para responder a esta questão. De seguida, reformulando a questão, disse que tinham recebido um conjunto de mapas com um conjunto indicações, e não estavam a perguntar se iriam ser todas construídas porque sabiam que isso era humanamente e Tecnicamente impossível, no entanto queriam perceber se iriam estar restritos àqueles mapas que estavam a assumir neste momento e se não iriam haver outras localizações fora daqueles mapas, para terem a certeza sobre o que é que estavam a votar.-----

-----Se assim fosse, sugeria que esses mapas fossem anexados à proposta apresentada para vincularem a informação que servia de base para tomarem a sua decisão.-----

----- Interveio o **Presidente da Câmara** que disse que os mapas não faziam parte da Estratégia Local de Habitação e que eram meramente indicativos para o trabalho do Município. A ELH estava cá integralmente. O que estavam a falar era sobre o levantamento das necessidades dos agregados familiares e a tipologia das respostas que ofereciam. -----

-----Tinha acabado de dizer há pouco que uma das questões que estava apontada inicialmente e que provavelmente vinha com alguma menção na ELH, era o Bairro Infante D. Henrique com um “x” de fogos, e não iria ser possível construírem lá aquele número de fogos, e portanto estavam a apontar para outra localização.-----

-----Disse que a ELH não tinha mapas nenhuns anexos e que os mesmos tinham sido enviados para que ficassem mais esclarecidos, mas eram dinâmicos e se amanhã houvesse outra solução poderia ser outra solução, tinham era que dar resposta aquele número de agregados familiares em termos da ELH da qual

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

não fazia parte nenhum mapa nem nenhum cronograma físico-financeiro de execução nem de prioridades daquelas operações, portanto tratava-se de agregados familiares por Freguesia e por tipologia apontando se era aquisição, construção ou reabilitação.-----

-----Por fim, disse que a câmara municipal tinha aprovado isso mesmo, mas que por cortesia tinham enviado os mapas.-----

-----Foi cedida a palavra à **Vereadora Felícia Costa** que disse que percebia exatamente qual era a preocupação e quem já tinha assistido esta discussão em julho do ano passado percebia que a questão era só a zona 3.-----

-----Referiu que neste momento, o que estava previsto tinha a ver com aquilo que era identificação de terrenos que eram da propriedade da CM, e portanto onde a mesma podia, sem depender de negociações com proprietários, concretizar. Um dos terrenos, o do Bairro Infante Dom Henrique, aparecia na ELH porque era da CM, e na sequência daquilo que já era o entendimento de anteriores executivos, de avançar para a construção da segunda fase da reconversão do Bairro, só não iriam poder concretizar naquele espaço o programa que tinham pensado para lá, porque a solução urbanística, de acordo com as alterações da legislação ao nível das acessibilidade que tinham saído em 2019, o estudo prévio que tinham para segunda fase, para concretizar a construção dos fogos que necessitavam, era fazer blocos de 5 pisos, que era possível em termos de PDM em termos de índice.-----

-----De seguida, dirigindo-se ao Deputado Sérgio Faias, disse que custava-lhe sinceramente que com a importância desta ELH e o seu impacto para a vida das pessoas, que a única preocupação fosse a zona 3, ainda não tinha ouvido colocarem uma questão mais pertinente e mais assertiva em relação à estratégia e em relação àquilo que se pretendia fazer em relação à Carta Municipal de habitação, e até sugestões que poderiam já ter vindo na Assembleia Municipal.-----

----- Disse que se neste momento não fossem concretizar, para não fazer nada na Zona 3, porque não tinham essa intenção para já, arrancariam para a construção de blocos de 5 pisos porque o terreno tinha capacidade construtiva, e portanto aí encaixariam logo uma série de fogos. A decisão tinha sido a de não avançar para já com essa volumetria porque não consideravam razoável nem era isso que queriam em termos de imagem urbanística para a Vila, e sobretudo para a zona do Bairro Infante Dom Henrique, até porque não iria articular-se com tudo o que a CM já tinha feito também em relação à primeira fase, e daí que tivessem apontado para um suplemento naquele terreno entre o refeitório municipal e o dispensário.

----- Estas soluções iam sendo arrançadas passo a passo à medida que iam surgindo, Se pudessem adquirir a proprietários, nem sequer construiriam, porque o financiamento era muito maior para a

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

reconstrução. Se conseguissem chegar a acordo a um preço razoável com o edifício Oásis, iriam receber mais financiamento porque tinham mais financiamento para a reconstrução do que para a construção nova. Se conseguissem avançar com uma outra operação, provavelmente até deixariam cair a construção nova para avançar para uma situação dessas. -----

-----Por fim, disse que a resposta que o Deputado queria agora de uma forma imediata, era que neste momento aquilo que estava na ELH, correspondia ao mapa que tinham enviado por cortesia.-----

-----Usou novamente da palavra o **Deputado Sérgio Faias**, que disse que agradeciam muito a cortesia e que, sempre que possível tratariam toda a gente aqui com toda a cortesia, mas o que estava aqui em causa não era uma questão de cortesia, ninguém estava a fazer um favor ao entregar informação solicitada de acordo com Regimento desta Assembleia. Portanto, não estavam a falar aqui de cortesia, mas sim do papel da assembleia que era fiscalizar a ação da Câmara, fiscalizar aquilo que estava a acontecer no Município e ajudar a esclarecer aos munícipes as decisões que estavam a ser tomadas, e foi por isso que pediram esta informação.-----

-----A conclusão a que chegavam aqui hoje era que não podiam assumir a informação enviada como um dado adquirido porque, como já tinha sido dito aqui, a mesma era dinâmica, portanto hoje era aquela mas amanhã podia ser outra, e portanto iriam ter isso em consideração, porque perguntaram duas vezes e o que foi respondido por duas vezes, era que aquilo que os ortofotomapas entregues por cortesia eram dinâmicos, hoje era de uma maneira e amanhã poderia ser de outra. -----

-----Acrescentou que na sua primeira intervenção tinha dito que a grande preocupação era criar condições para que as pessoas tivessem habitação acessível, mas também, e porque sabiam que existia uma parte da população que demonstrava e que tinha demonstrado há uns meses atrás, preocupação com aquilo que podia ser a implantação de algum tipo de edificado no centro da Vila, garantir que esse compromisso que tiveram com a população de que esse projeto pela Bancada do PS não teria o apoio, queriam ter aqui a certeza não estavam a apoiar essa solução. -----

-----Concluiu dizendo que neste momento as certezas iam-se esbatendo, porque quando receberam a informação tinham ficado convencidos e satisfeitos por ver concretizado aquilo que achavam que era importante, mas hoje, por várias perguntas que tinham colocado aqui, a única certeza que tinham neste momento era que o que era hoje amanhã podia não ser e no outro dia não sabiam. -----

-----Usou novamente da palavra o **Presidente da CM**, que disse que tinha sido mesmo por cortesia, porque a AM, mesmo que quisesse pedir ao Município que indicasse georreferenciação relativamente àquelas operações, o Município podia dizer exatamente aquilo que o próprio já tinha dito, que aquilo que

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

com que se haviam comprometido com a ELH era reabilitar 139 fogos, reconstruir 12 fogos, construir 156, adquirir 132, reabilitar 16 e mais 51. Esta era a nossa solução, e dentro dessa solução vinha especificado o conjunto de possibilidades que podiam lá chegar. -----

-----Referiu que tinham previsto 45 fogos para o Bairro Infante D. Henrique, e para fazer os fogos precisavam de 5 pisos, e tinham feito hoje a projeção para com os parâmetros para o solo entre o refeitório e o dispensário, no limite conseguiam lá pôr 28 fogos. Na ELH iria faltar à cabeça um número de fogos razoável e eles tinham que estar entroncados em algum lado na estratégia. Se dissessem que em Sesimbra tinham outra solução, ainda tinham tempo de a estudar. -----

-----Disse que a solução da zona 3 era uma embirração porque tinha sido dito aqui com todas as letras que era uma solução de última hora para conseguirem encaixar o número de fogos necessários para dar resposta ao levantamento das necessidades tendo em conta que as construções Oásis São João não estava disponível eventualmente para lá chegarem. -----

----- Perguntou onde é que podiam colocar aqui a possibilidade de pôr mais 20 ou 30 fogos, e disse que o Vereador tinha apontado para uma solução entre o refeitório, mas não chegava e não iam conseguir fazer tudo mesmo que quisessem. Como já tinha dito, se conseguissem fazer esta operação em Sesimbra que podia ser 5 pisos no Bairro Infante Dom Henrique ou fazer uma solução entre o refeitório e o dispensário, mais as soluções pequeninas que tinham da Leão de Oliveira e o Beco do Quinquilheiro, daria no Limite dos limites, 35/40 fogos. Era menos de metade do que tinham projetado para a Vila de Sesimbra, mas não iam conseguir fazer mais. -----

-----Na Freguesia do Castelo conseguiriam fazer praticamente todos, se ficasse a faltar seriam 3 na Fonte de Sesimbra, mas também era de fácil resolução porque estavam a falar de um investimento de 200 ou 300 mil euros que tinha estudo prévio. Na Quinta do Conde dos cento e tal fogos ficaria a faltar um conjunto deles porque só iriam conseguir fazer, aparentemente, 72. -----

-----De seguida, perguntou se queriam mais explicação do que esta, porque se quisessem pedia também que dessem o contributo necessário para dar de resposta em termos da ELH. É que se quisessem deslocalizar a construção de habitação para a Freguesia do Castelo, daquela que queriam que fosse construída em Sesimbra, também teriam facilidade em fazê-lo, mas também queriam contribuir para fixar aqui alguma população com o mercado arrendamento. Na Freguesia do Castelo tinham várias soluções que podiam ser colocadas em prática, até porque a CM tinha alguns solos na Freguesia do Castelo que não tinha na Freguesia de Santiago. Um deles tinha sido comprometido com o Centro de Saúde, que se calhar hoje tinha uma capacidade construtiva que dava para fazer estes fogos todos. Hoje dava jeito se calhar, mas

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

ninguém sabia em 2020 que apareceria um programa de financiamento para financiar a 100% fogos de habitação a renda apoiada.-----

-----Apelou à coerência e à responsabilidade e disse que já sabiam que o Partido Socialista na Zona 3, que era o Ciclo antigo, queria o novo edifício da CM, mas esta era a solução possível para encaixarem o número de respostas possíveis. Quando fosse para discutir o edifício Municipal cá estariam, e aliás, a solução inicial no espaço da zona 3 já fazia parte da operação para o financiamento do edifício municipal, mas cá estariam para discutir. -----

-----Interveio o **Presidente da AMS** que recordou que estavam a discutir a ELH há 1 hora e 30 minutos, período ao qual podiam acrescentar a reunião profícua das comissões, onde o número de questões não tinha sido assim tão extenso, o que levava a pensar e a repensar aquilo que eram as reuniões conjuntas das comissões com a presença de técnicos. Sabiam que a posição política devia ser vincada no plenário, mas depois assistiam a um tirar de dúvidas pertinente mas que já podia ter ocorrido em outras ocasiões.

-----Pedi desculpa pelo desabafo, mas que não podia deixar de o fazer e que teriam de pensar todos na necessidade ou não das reuniões das comissões conjuntas com a presença quer do Presidente, quer dos Vereadores e Técnicos que na sua opinião eram extremamente necessárias, mas depois chegavam aqui e parecia que as desvalorizavam.-----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que disse que não estavam a colocar em causa as reuniões das comissões nem sequer questionavam a sua utilidade, e julgava que grande parte dos colegas deputados assumiam essas reuniões como o “tiro de partida” para começar a pensar no assunto porque havia uma exposição alongada e as questões podiam surgir imediatamente ou podiam ir surgindo à medida que iam interiorizando os documentos e o assunto em si. De todo havia aqui alguma desvalorização. -----

-----Disse que todas estas questões surgiam no âmbito da 1ª reunião de comissões de apresentação da ELH, há 7 meses atrás, onde tinha sido apresentado um conjunto de perspetivas, desenhos e esboços para a dita Zona 3, que aparentemente já tinham caído completamente. Até se tivessem baseado toda a fundamentação e toda a opinião sobre esta ELH em função dessa reunião de há 7 meses, então estariam completamente equivocados neste momento, porque afinal parte do que dizia respeito à Freguesia de Santiago, não corresponderia ao que tinha sido apresentado.-----

-----Para além disso, não estavam a querer misturar o edifício Municipal com a ELH, estavam a querer discutir toda a estratégia de urbanização desta Vila. Já manifestaram até as suas opiniões em relação às decisões ou perspetivas com aquilo que estava indicado para a solução na Quinta do Conde, como havia

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

expressado a Deputada Andredina, e que viam com muito agrado e satisfação porque parecia ser uma das formas mais adequadas para resolver este tipo de questões, mas em relação a Santiago, tinham vindo a fazer intervenções sobre a perspetiva do urbanismo dentro da Vila, e claro que quando haviam proposto que fosse promovida uma discussão publica, uma consulta publica, sobre vários modelos, várias soluções que envolviam a ELH, que envolviam o Edifício Municipal e que envolviam vários outros projetos ou possíveis projetos, essa proposta tinha sido reprovada. -----

-----Não estavam aqui a misturar as coisas nem a ser incoerentes, e se era tão óbvio que a grande preocupação era em relação à dita Zona 3, então não compreendiam porque é que isso só tinha sido respondido à 3ª vez. -----

-----A nossa posição era de facto esta e reforçava aquilo que o Deputado Sérgio Faias tinha acabado de dizer. Se há 24 horas estavam com uma perspetiva que agradava em relação às soluções previstas indicadas nesta ELH, acabavam por não ficar com a certeza pelo dinamismo que estava inerente aos mapas que, por cortesia, tinham enviado. -----

-----Disse em seguida que aceitava a “cortesia”, mas se era pedido não era apenas cortesia. Se a AM fazia um pedido de informação à CM, a mesma, claro que tinha cortesia associada à cedência dessa informação, mas também tinha a obrigação de, na medida do possível, informar a AM e entregar essa informação. Portanto, não estavam meramente a falar de cortesia, mas também ninguém estava a dizer que alguma vez não tinham sido corteses para com estes pedidos. -----

-----Por fim, disse que neste momento tinham alguma hesitação e algumas dúvidas em relação a este dinamismo e o que é que este verdadeiramente podia significar. -----

-----Usou da palavra a **Vereadora Felícia Costa** que disse que não conseguia entender qual era a questão que estava a ser levantada. -----

-----Relativamente à “cortesia”, disse que tinha referido a entrega dos mapas como uma cortesia porque todas as questões que tinham colocado aos ortofotomapas, não vinha alterar nada em relação à informação que constava da própria ELH. -----

-----Obviamente que nunca iria adjetivar ser Cortez ou descortês, uma informação que tinha de ser prestada à Assembleia Municipal. Se havia alguém que respeitava o papel da AM era a própria e todos os seus colegas do Executivo. Portanto, quando falava de cortesia era porque a informação enviada já a tinham, a única diferença é que puseram num “boneco” uma informação que estava escrita, e não tinham acrescentado nenhuma informação que já não tivessem, tal como o pedido do cronograma, que na página 83 já tinha explana a informação que estavam a solicitar do cronograma das intervenções. -----

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse que queria que ficasse bem claro que quando referiu “cortesia” era só por causa disto e que não era nenhum desrespeito em relação ao papel de fiscalizador da AM.-----

-----Relativamente à questão se iriam ou não avançar para a Zona 3, disse que obviamente que isto era dinâmico e que podiam ter a oportunidade de comprar em vez de construir, e comprar até um edifício que estivesse a necessitar de requalificação, que iria de encontro até com aquilo que sempre tinha ouvido o Deputado defender, mas já tinha sido bem clara e bem explícita, e não sabia de que outra forma poderia dizer que aquilo que era proposto fazer na ELH neste momento não passava pela Zona 3.-----

-----Interveio o **Deputado Paulo Caetano** que disse que não valia a pena se calhar andarem em círculos à volta deste assunto, mas também tinha acabado de dizer que fazia 7 meses em que tinham visto uma perspetiva do que é que poderia vir a ser a Zona 3, e de repente isso desapareceu, e quando desaparecia até nos mapas, deixava-os satisfeitos porque esse era um compromisso para com os eleitores do PS, e quando começavam a falar sobre o dinamismo, obviamente que ficavam preocupados que o dinamismo destes mapas pudessem voltar a reentregar a Zona 3.-----

-----Podiam também aceitar ou admitir como válido, uma decisão de voto num sentido perante um cenário e uma decisão de voto noutra sentido perante outro cenário. Portanto, se estivessem com esta hesitação, era precisamente porque tinham de definir o sentido de voto, porque tinham compromissos para com os eleitores e tinham uma Declaração de Voto feita em reunião de CM pelos Vereadores do PS no mandato, em que especificamente esclareciam este assunto e essa questão em relação aos terrenos do ciclo. Portanto, até em função disso tinham esse compromisso.-----

----- Foi cedida novamente a palavra ao **Presidente da CM**, que disse que aquilo que tinham visto da Zona 3, não era mais nem menos do que o projeto que estava integrado no estudo de Ordenamento da Avenida da Liberdade, que tinha 12 anos. Os 3 guias, que tinha projeto de arquitetura, correspondiam ao trabalho que foi feito no âmbito do estudo do Ordenamento da Avenida da Liberdade em 2006 terminado em 2009, e não ia discutir se gostavam ou não porque já sabia que o Deputado Paulo Caetano não gostava da volumetria.-----

-----Disse ainda que as imagens que tinham visto na apresentação da ELH, era o projeto original do Estudo de Ordenamento da Avenida da Liberdade que tinha 2 versões em termos de projeto de arquitetura, uma com fogos de tipologia de menor dimensão e uma com fogos de tipologia de maior dimensão, e o que a Vice-Presidente tinha explicado era que esta situação foi colocada quase em *red-line* porque tiveram meses e meses a tentar negociar com a entidade gestora da massa insolvente, o Oásis de São João, e tinham chegado à conclusão de que era impossível porque a entidade gestora tinha uma avaliação com um valor

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

e a administração de insolvência pedia um mínimo de cerca de 10 milhões, que era o que estava neste momento em leilão. -----

-----Acrescentou que mesmo que a CM quisesse adquirir, mesmo que não tivesse um valor de referência que lá chegasse, só conseguia adquirir se tivesse uma avaliação que lhe permitisse adquirir. A CM não podia adquirir um imóvel porque alguém pedia 10 ou 15 ou 20 milhões, e sabendo que não chegavam lá, tiveram de incluir alguma coisa para poder dar resposta ao número de fogos na Freguesia de Santiago.-----

----- Disse que de todos os que estavam na Freguesia de Santiago, com exceção da Efimóveis, era o que tinha maior maturidade porque tinha um projeto de arquitetura feito. Acrescentou que receberam por cortesia a ultima imagem que estava representada a solução entre o refeitório da CM e o dispensário, mas era bom que soubessem que a parte do dispensário ainda não era da CM. Acrescentou que tinha havido um ofício à Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), por parte da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS-LVT), mas agora teria de ser publicitado o imóvel numa portaria da DGTF porque teriam de apresentar o programa de valorização.-----

-----Disse que, só para terem uma ideia, a Casa do Infantado, já há 2 anos que andavam a tramitar com a DGTF, e a mesma ainda não tinham vindo à posse do Município, e tinha saído logo na lista inicial dos móveis a serem descentralizados para as câmaras municipais.-----

-----Referiu que também tinham um compromisso com os eleitores porque tinham apresentado em programa eleitoral uma solução, e se conseguissem consertar uma solução que fosse benéfica para todos, tudo bem, se não conseguissem, iria a votos.-----

-----Disse também que se calhar ainda ninguém tinha reparado que o que estava proposto para a Zona 3 na ELH era a aquisição, como o modelo exatamente da Efimóveis, mas aquilo dava a liberdade de se tivessem um promotor como o do Beco do Quinquilheiro e que se houvesse uma possibilidade de aquisição, até podiam ter. Ainda sonhava que a Administradora de Insolvência baixasse drasticamente o valor do Oásis de São João para que pudessem ainda ir a jogo e resolver 2 problemas, nomeadamente, o problema de habitação na Freguesia de Santiago e o problema de reabilitação urbanística daquele edifício que estava completamente deteriorado.-----

-----Referiu que a CM do Seixal estava a candidatar um conjunto de imóveis avulsos ao PRR que ia adquirindo por frações e servia para alojamento. Tinha o financiamento por termos de referência e o mercado no Seixal, felizmente, não era tão dramático como na Vila de Sesimbra, do ponto de vista do valor dos fogos, e considerava essa uma estratégia certíssima.-----

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse que ainda ninguém tinha dito onde poderiam construir as habitações, apenas apresentavam problemas, que percebia e também não os acompanhava, de certa forma, mas não havia uma solução, e no final disto, o que poderia acontecer era na ELH para a Freguesia de Santiago, terem feito 9 fogos, e daqui a 2, 3 ou 4 anos, haviam de estar os mesmos senhores a dizer que a ELH tinha falhado redondamente porque não se tinham construído fogos suficientes para fixar população na Freguesia de Santiago. -----

-----Por fim, disse que com toda a clareza do mundo, sem fugir a respostas, a opinião era que a Zona 3, embora tivesse colocada do ponto de vista de estratégia também como possibilidade, era para ser incluída na operação do Edifício Municipal, e não para construir o Edifício Municipal. -----

-----De seguida, colocado à votação o 1.º ponto da ordem de trabalhos: **“Estratégia Local de Habitação do Município de Sesimbra – Envio às Entidades – Retificação da deliberação n.º 438/21, de 22 de setembro”** -----

-----A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovou, por maioria, com 23 votos a favor (10 CDU, 8 PS, 2 CHEGA, 2 PPD/PSD e 1 MSU) e uma abstenção do BE, a Estratégia Local de Habitação do Município de Sesimbra. -----

----- **O GM da CDU prestou a seguinte Declaração de Voto:** -----

-----O GM do PS fez a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“A *Estratégia Local de Habitação* consiste num instrumento de planeamento de iniciativa municipal que resulta do Programa 1.º Direito, estabelecido pelo Governo do Partido Socialista no ano de 2018, encontrando-se especialmente direcionada para apoiar as famílias que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo de acesso a uma habitação adequada. -----

-----A *Estratégia Local de Habitação*, enquanto instrumento estratégico em matéria de política de habitação à escala local deve reforçar e complementar a resposta existente para as situações de maior carência habitacional identificadas e, adicionalmente, contribuir para reforçar as dinâmicas de reabilitação urbana, fomentar uma maior regulação do mercado de habitação e, conseqüentemente, permitir uma melhoria da qualidade de vida da população e o reforço da coesão social e territorial. -----

-----No âmbito da crise económica e social que resultou da pandemia Covid-19, o Conselho Europeu criou um instrumento de mitigação que contém o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, que em Portugal se traduziu na concretização do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). O PRR corresponde a um plano de investimentos para todos os portugueses, destinado a repor o crescimento económico sustentado, após a pandemia, reforçando o objetivo de convergência de Portugal com a Europa ao longo da próxima década. -----

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Esse plano corresponde assim a uma oportunidade única de financiamento das Estratégias Locais de Habitação de cada município, contribuindo ainda para o objetivo do Partido Socialista de poder comemorar os 50 anos do 25 de abril de 1974, em condições de habitação plena para toda a população nacional.-----

-----Apesar de nada ter sido feito de concreto pela autarquia, desde a publicação da legislação enquadradora do programa Primeiro Direito, até ao ano de 2021, a perspetiva de acesso a financiamento comunitário, através do PRR, levou a Câmara Municipal de Sesimbra a desenvolver e aprovar a Estratégia Local de Habitação do Município de Sesimbra.-----

-----Numa perspetiva geral, o Grupo Municipal do Partido Socialista considera como muito positiva a possibilidade de aumentar a resposta de habitação pública no concelho de Sesimbra, que permita dar resposta às famílias que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo de acesso a uma habitação adequada, com particular atenção para a população mais jovem, e ressalva ainda o facto dessa Estratégia incluir respostas para as três freguesias do concelho.-----

-----Apesar dessa perspetiva positiva, não pode o Partido Socialista abstrair-se do facto de a Câmara Municipal de Sesimbra ter tentado fazer uso da Estratégia Local de Habitação para obter consentimento, de forma não totalmente explícita, para a construção de edifícios, que a serem concretizados, iriam implicar profundas alterações estruturais, e irreversíveis, no perfil urbano e na paisagem de localidades do Concelho, com particular incidência na Freguesia de Santiago.-----

-----Por não concordar com essas construções, e sabendo que as mesmas não acolhem consenso da população em geral, o Grupo Municipal do Partido Socialista sempre demonstrou reservas sobre a Estratégia Local de Habitação do Município de Sesimbra. Facto esse que levou à apresentação, na sessão da Assembleia Municipal de Sesimbra de 26 de novembro de 2021, de uma Proposta para a realização de uma Auscultação Pública à Estratégia Local de Habitação, a qual não obteve aprovação.-----

-----Refira-se que as reservas sobre algumas das componentes da Estratégia Local de Habitação do Município de Sesimbra se têm mantido e, em várias ocasiões, têm sido transmitidas, assim como informação adicional sobre o tema, tem sido solicitado por este Grupo Municipal.-----

-----Face ao exposto, e atendendo a que no decorrer da presente sessão da Assembleia Municipal de Sesimbra, o Sr. Presidente da Câmara Municipal assumiu o compromisso, diante de todos os presentes, de que a Estratégia Local de Habitação do Município de Sesimbra já não incluía a construção de um edifício para habitação pública no centro da Vila de Sesimbra, no local do antigo Ciclo Preparatório e onde se encontram atualmente os pavilhões onde funcionam parte dos serviços da autarquia, assumiu o Grupo

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Municipal do Partido Socialista a sua opção pelo voto favorável à Estratégia Local de Habitação do Município de Sesimbra.”-----

-----O GM do CHEGA apresentou a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“A bancada do CHEGA, na sessão ordinária da AMS a realizada no dia 25 de Fevereiro de 2022, justifica assim o seu voto de aprovação, relativo ao ponto: *Estratégia Local de Habitação do Município de Sesimbra – Envio às Entidades – Retificação da deliberação n.º 438/21, de 22 de setembro;*-----

-----*Sendo que Estratégia Local de Habitação do Município de Sesimbra, resultado de um estudo iniciado no anterior mandato, já previamente analisado e esclarecido dentro do possível neste mandato, o CHEGA tem noção da grande necessidade de criação de habitações a rendas controladas no nosso concelho, para permitir a fixação de população jovem e atribuição de habitação digna á população desfavorecida, nesse sentido e entendendo que os prazos são importantes para poder receber os subsídios/apoios tão necessários á criação deste tipo de imóveis com significativa redução de encargos ao município, quer o CHEGA acreditar que foram devidamente analisadas as situação de carência das cerca de 300 famílias que se enquadram neste projetos e que estão salvaguardadas situação fraudulentas na atribuição destes bem como foram estudadas as melhores e menos onerosas localizações, assim não me parece que agora seja coerente para o desenvolvimento do município impor entraves e provocar demoras da aprovação colocando em risco o incumprimento das prazos. Embora existam imensas verbas que não estão clarificadas, pois ainda está o município em fase de aquisição e negociação na aquisição de terrenos ou imóveis para recuperação estamos em crer que o mesmo será feito salvaguardando o interesse apenas e só do município. -----Assim compete ao CHEGA supervisionar estes trabalhos e ser corresponsável das adjudicações futuras, garantindo o crescimento do município e uma correta aplicação de receitas”-----*

-----O GM do BE apresentou a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“A necessidade de cada Município dispor de uma Estratégia Local de Habitação para que possa recorrer ao financiamento previsto no programa conhecido como “1.º. Direito” e que visa promover soluções habitacionais adequadas a todas as pessoas que vivam sem condições habitacionais e que não tenham capacidade financeira para adquirir/alugar uma habitação adequada, não é um facto novo. Desde 2018 que esta necessidade está definida com a criação do “Programa de Apoio ao Acesso à Habitação”. A inépcia da Câmara Municipal e a pouca importância dada ao facto fazem com que a ELH em Sesimbra esteja apenas agora a ser votada ao contrário do que aconteceu em muitos dos municípios nacionais.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Temos dúvidas sobre algumas das soluções preconizadas, pelo que não poderemos votar favoravelmente o documento. Por exemplo, no caso concreto da operação com a EFIMÓVEIS e do prédio com 132 fogos, temos dúvidas quanto à sua viabilização pelo IHRU.-----

-----Decidimos abstermo-nos, pois apesar das críticas que o documento nos merece, a possibilidade de este poder contribuir para dar solução habitacional a pessoas que vivam sem condições habitacionais e que não tenham capacidade financeira para adquirir/alugar uma habitação adequada leva-nos a não inviabilizar o documento. -----

-----Sesimbra, 25 de Novembro de 2022” -----

-----O GM do MSU prestou a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“O MSU ao abrigo do artigo 49º do Regimento da Assembleia Municipal de Sesimbra apresenta a seguinte declaração de voto sobre a Estratégia Local de Habitação do Município aprovada na Assembleia Ordinária de 25 de Fevereiro de 2022: -----

-----Após todos os esclarecimentos prestados pelo executivo sobre a necessidade imperiosa de aprovação do documento em apreço entendemos contribuir favoravelmente nesse sentido. -----

-----Os prazos estão a estreitar-se, dificilmente conseguiremos cumprir todo o objetivo, foi inclusive reconhecido ser quase impossível, contudo não poderíamos perder mais tempo e era fundamental dar o aval ao executivo para avançar com todo o processo (limite Junho 2026 – utilização PRR).-----

-----Salientamos que a estratégia de Habitação em todo o concelho deverá ser revista, existem necessidades diferentes entre as freguesias como é sobejamente reconhecido por todos. -----

-----É fundamental na freguesia de Santiago que as frações de habitação conseguidas com dinheiros públicos não saiam do mercado de arrendamento, ficando a sua propriedade total na posse da autarquia, só assim podemos combater o flagelo da desertificação da freguesia. Até este momento todos os passos dados no passado em sentido contrário terminaram com a venda da maioria das frações adquiridas, provocando que as mesmas entrem no mercado de habitações secundárias e turismo – a forte pressão imobiliária contraria o espírito inicial. O MSU não abdicará desta condição.-----

-----Nas freguesias do Castelo e da Quinta do Conde admitimos que as frações possam ser adquiridas diretamente pelos seus beneficiários, contudo sugerimos que deva existir direito de preferência da autarquia numa posterior alienação durante um prazo alargado de 20 ou 25 anos.-----

-----O valor de referência para a recompra não deverá corresponder ao valor de mercado, mas ser equivalente ao valor de aquisição inicial corrigido do coeficiente de desvalorização da moeda. -----

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Reforçamos que apesar de não termos todos os locais de construção definitivos decidimos ainda Assim dar o nosso acordo pois trata-se de uma necessidade premente para utilização dos fundos públicos.

-----Sesimbra, 2 de Março de 2022 -----

-----Sesimbra Unida – Movimento Independente de Cidadãos” -----

-----De seguida, o Presidente da AMS deu continuidade ao POD com o **2º Ponto da Ordem de Trabalhos: “Alteração da Constituição das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal”**. -----

-----Informou que este era um assunto que advinha da renúncia de mandato da Deputada Independente Anabela Rocha e da “entrada” de um novo elemento pelo Grupo Municipal do Movimento Sesimbra Unida (MSU). Explicou que a Deputada Independente, ao abrigo do atual regimento, por não estar integrada num GM, não tinha assento nas comissões, e ao Deputado João Castanho, enquanto líder de Bancada do GM do MSU, era-lhe concedido automaticamente o seu assento na Comissão de Líderes, e quando o GM não tinha elementos suficientes para todas as comissões, cada deputado podia pertencer a 5 comissões, mais 4 para além da Comissão de Líderes, como era este o caso. -----

-----Disse que nos contactos prévios com o Deputado, o mesmo tinha dado indicações das comissões a ser integrado. Nesta conformidade e de forma a se regularizar rapidamente o normal funcionamento da Assembleia Municipal, é submetida a votação seguinte proposta de alteração da composição das Comissões:-----

-----Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente (Comissão 2):

-----Composta por 8 elementos: 2 elementos da CDU; 2 elementos do PS; 2 elementos do PPD/PSD, 1 elemento do BE e 1 elemento do MSU; -----

-----Comissão Sociocultural (Comissão 3):-----

-----Composta por 8 elementos: 2 elementos da CDU; 2 elementos do PS; 1 elementos do CHEGA; 1 elemento do PPD/PSD, 1 elemento do BE e 1 elemento do MSU; -----

-----Comissão de Desenvolvimento Económico (Comissão 4):-----

-----Composta por 9 elementos: 2 elementos da CDU; 2 elementos do PS; 1 elemento do CHEGA; 2 elementos do PPD/PSD, 1 elemento do BE e 1 elemento do MSU; -----

-----Comissão de Administração e Finanças Autárquicas (Comissão 5):-----

-----Composta por 8 elementos: 2 elementos da CDU; 2 elementos do PS; 1 elemento do CHEGA, 2 elementos do PPD/PSD e 1 elemento do MSU; -----

-----A Comissão de Transportes, Mobilidade e Segurança (Comissão 6) mantinha-se sem qualquer alteração, ou seja:-----

Ata nº 7 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Composta por 8 elementos: 2 elementos da CDU; 2 elementos do PS; 1 elemento do CHEGA; 2 elementos do PPD/PSD e 1 elemento do BE.-----

-----Submetida a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----Solicitou o uso da palavra **o Deputado Sérgio Faias**, que em nome do GM do PS, deu as boas vindas ao Deputado João Castanho e desejou-lhe um bom trabalho dizendo que ficavam contentes por ter um novo elemento.-----

-----**O Presidente da AMS** disse que nas boas vindas iniciais estavam incluídos todos os GM's, e que com certeza que todos os GM e todos os serviços acolhiam naturalmente o Deputado João Castanho nesta caminhada autárquica que fariam em conjunto.-----

-----**O Presidente da AMS**, antes de encerrar a sessão, desejou a todos os presentes, ao público que assistia através das plataformas, funcionários da Autarquia, Municípes e familiares, um ano de 2022 repleto de saúde e também com paz, prosperidade, solidariedade e muita democracia.-----

-----Não havendo mais nada a tratar, **o Deputado Rui Rodrigues** solicitou a dispensa da leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura.-----

-----Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão eram vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que após aprovação vai ser assinada pelo Presidente e por quem a lavrou.-----